

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Guilherme Farias Correia

**SISTEMA DE CONTROLE FINANCEIRO NAS PROPRIEDADES RURAIS:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A INTEGRAÇÃO COM A CONTABILIDADE**

Santa Maria, RS

2023

Guilherme Farias Correia

**SISTEMA DE CONTROLE FINANCEIRO NAS PROPRIEDADES RURAIS:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A INTEGRAÇÃO COM A CONTABILIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Contábeis**.

Orientador(a): Prof^o. Otilia Denise Jesus Ribeiro Anceles

Santa Maria, RS
2023

Guilherme Farias Correia

**SISTEMA DE CONTROLE FINANCEIRO NAS PROPRIEDADES RURAIS:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A INTEGRAÇÃO COM A CONTABILIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Contábeis**.

Aprovado em 05 de dezembro de 2023:

OTILIA DENISE JESUS
RIBEIRO

ANCELES:71741780063

Assinado de forma digital por
OTILIA DENISE JESUS RIBEIRO

ANCELES:71741780063

Dados: 2023.12.14 08:09:21 -03'00'

Otilia Denise Jesus Ribeiro Anceles, Dra (UFSM)

Presidente/Orientador

Documento assinado digitalmente



ROBSON MACHADO DA ROSA

Data: 14/12/2023 09:41:33-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Robson Machado da Rosa, Msc (UFSM)

Avaliador

Documento assinado digitalmente



ANA PAULA FRAGA

Data: 15/12/2023 13:59:00-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ana Paula Fraga, Msc (UFSM)

Avaliador

Santa Maria, RS

2023

RESUMO

SISTEMA DE CONTROLE FINANCEIRO NAS PROPRIEDADES RURAIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A INTEGRAÇÃO COM A CONTABILIDADE

AUTOR: Guilherme Farias Correia

ORIENTADOR: Prof. Otilia Denise Jesus Ribeiro Anceles

O presente estudo, tem como objetivo analisar os impactos da implementação de um sistema de controle financeiro integrado com a contabilidade em propriedades rurais localizadas nas cidades de Dom Pedrito e Bagé, no interior do Rio Grande do Sul. Duas propriedades foram objetos de estudo: uma localizada na cidade de Dom Pedrito, na qual teve o início das suas atividades em 2004; e outra localizada na cidade de Bagé, na qual iniciou suas atividades em 1998. Ambas as propriedades, inicialmente, tinham como atividade principal a criação de bovinos e, atualmente, focam também no cultivo de arroz e soja, tendo como grande parte dos seus clientes cooperativas, engenhos e frigoríficos. Deste modo, foi realizado um estudo de caso, de natureza descritiva e abordagem qualitativa dos dados, por meio de duas entrevistas, nas quais foram conduzidas para os produtores rurais e profissionais responsáveis pela contabilidade das propriedades. As entrevistas buscaram obter informações sobre o controle financeiro antes da implementação do sistema integrado, os motivos que levaram os proprietários a adotarem o novo sistema, como este auxiliou na solução de problemas, quais foram as melhorias na integração entre controle financeiro e contabilidade, os benefícios observados, as dificuldades durante a implementação, as alterações na estrutura operacional, as melhorias nos processos operacionais e sugestões de aperfeiçoamento do sistema. A partir disso, verificou-se que a implementação do sistema de controle interno financeiro, em conjunto com a contabilidade, proporcionou aprimoramentos significativos nas propriedades. Internamente, as propriedades passaram por reestruturações, estabelecendo uma nova abordagem de trabalho. No setor operacional, houve melhorias em relação a operação de controle de estoque, manutenções e atividades agrícolas. Isso resultou em um fluxo mais consistente de produção devido à prevenção de eventos que não estavam planejados. No setor financeiro, a integração do sistema resultou em atendimento de maior qualidade aos clientes, com orçamentos mais precisos. Além

disso, promoveu notável melhoria na organização e eficiência dos registros operacionais, contribuindo para uma estrutura interna mais eficaz. Conclui-se, assim, que a implementação do sistema impactou positivamente nas operações das propriedades rurais analisadas, promovendo melhorias tanto operacionais quanto financeiras. O sistema proporcionou informações de maior qualidade e segurança aos profissionais responsáveis pela contabilidade, consolidando-se como uma ferramenta estratégica para a gestão eficiente dessas propriedades.

Palavras-chave: Controle Financeiro. Contabilidade Rural. Controle Interno.

ABSTRACT

FINANCIAL CONTROL SYSTEM ON RURAL PROPERTIES:

a case study on integration with accounting

AUTHOR: Guilherme Farias Correia

ADVISOR: Prof. Otilia Denise Jesus Ribeiro Anceles

This study aims to analyze the impacts of implementing an integrated financial control system with accounting in rural properties located in the cities of Dom Pedrito and Bagé, within the state of Rio Grande do Sul, Brazil. Two properties were the subject of the study, one located in Dom Pedrito, which began its activities in 2004, and another in Bagé, which initiated operations in 1998. Initially focused on cattle breeding, both properties currently also engage in the cultivation of rice and soy, catering primarily to cooperatives, mills, and slaughterhouses. A descriptive case study with a qualitative data approach was conducted through two interviews with rural producers and accounting professionals responsible for the properties. The interviews aimed to gather information about financial control before the implementation of the integrated system, the reasons for adopting the new system, its impact on problem resolution, improvements in the integration between financial control and accounting, observed benefits, challenges during implementation, changes in operational structure, improvements in operational processes, and suggestions for system refinement. The findings indicate that the implementation of the internal financial control system in conjunction with accounting led to significant improvements in the properties. Internally, restructuring occurred, establishing a new work approach. Operationally, enhancements were observed in inventory control, maintenance, and agricultural activities, resulting in a more consistent production flow by preventing unforeseen events. Financially, the system integration improved customer service quality with more accurate budgeting. Additionally, it notably enhanced the organization and efficiency of operational records, contributing to a more effective internal structure. In conclusion, the system implementation had a positive impact on the operations of the analyzed rural properties, promoting both operational and financial improvements. The system provided higher-quality and secure information to accounting professionals, solidifying itself as a strategic tool for the efficient management of these properties.

Keywords: *Financial Control. Rural Accounting. Internal Control.*

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Responsabilidades da propriedade de Dom Pedrito.....	38
FIGURA 2 - Operações realizadas na propriedade de Dom Pedrito.....	39
FIGURA 3 - Motivos que levaram a propriedade de Dom Pedrito a implementar o sistema.....	41
FIGURA 4 - Motivos que levaram a propriedade de Dom Pedrito implementar o sistema.....	42
FIGURA 5- Operações realizadas na propriedade de Bagé.....	43
FIGURA 6 - Motivos que levaram a propriedade de Bagé implementar o sistema.....	45
FIGURA 7- Consequências da implementação do sistema de controle financeiro em relação a integração.....	48
FIGURA 8 - Mudanças realizadas na propriedade localizada na cidade de Dom Pedrito.....	50
FIGURA 9 - Mudanças realizadas na propriedade localizada na cidade de Bagé.....	51

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Princípios que auxiliam o suporte na salvaguarda dos interesses.....	26
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 PRODUTOR RURAL	15
2.2 CONTABILIDADE RURAL.....	20
2.3 CONTROLE INTERNO PARA O PRODUTOR RURAL	26
3 METODOLOGIA.....	33
3.1 DELINEAMENTO METODOLÓGICO	33
3.2 DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE ANÁLISE.....	34
3.3 CATEGORIAS DE ANÁLISE	35
3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS.....	35
3.5 PROCEDIMENTOS DE TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	37
3.6 ASPECTOS ÉTICOS.....	37
3.7 LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	38
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	39
4.1 APRESENTAÇÃO DOS CASOS ANALISADOS.....	39
4.2 DAS ANÁLISES DOS RESULTADOS OBTIDOS NA PESQUISA	40
4.2.1 DO CONTROLE FINANCEIRO ADOTADO NAS PROPRIEDADES.....	40
4.2.2 DA INTEGRAÇÃO ENTRE FINANCEIRO E CONTABILIDADE.....	49
4.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	57
5 CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS	60

1 INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre a importância de se ter um controle interno no desenvolvimento empresarial, em diversas áreas, no entanto este estudo está inserido na área rural, mais precisamente na rotina do departamento financeiro das propriedades dos produtores rurais da região do interior do Rio Grande do Sul, nas cidades de Dom Pedrito e Bagé. No qual traz, a importância de um sistema de controle interno e seus impactos nos resultados econômicos das propriedades rurais.

De acordo com ALMEIDA (2003, p.63) controle interno: “Representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar à administração na condução ordenada dos negócios da empresa.” Conceito na qual, com o decorrer do tempo, os produtores rurais passaram a compreender que o controle em si, envolve muito mais do que apenas ter poder sobre a terra que possuem, trata-se também de ter capacidade de mitigar riscos e aprimorar processos, especialmente no que diz respeito aos aspectos de controle internos de suas propriedades rurais.

De acordo com a NBCTA 315, R2 de sistema controle interno é:

O sistema planejado, implementado e mantido pelos responsáveis pela governança, pela administração e por outros empregados para fornecer segurança razoável quanto ao alcance dos objetivos da entidade no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, à efetividade e eficiência das operações e à conformidade com leis e regulamentos aplicáveis. Para fins das normas de auditoria, o sistema de controles internos consiste de cinco componentes inter-relacionados: Ambiente de controle;

- i. O processo de avaliação de riscos da entidade;
- ii. O processo da entidade para monitorar o sistema de controles internos;
- iii. O sistema de informação e a comunicação; e
- iv. Atividades de controle.

Seguindo nesse contexto, a importância do controle interno para o produtor rural, fica evidenciada, pois a partir dele, além de se ter uma melhoria em relação a supervisão e controle dos processos organizacionais, no qual tem com objetivo de cumprir com as metas estabelecidas, o mesmo facilita e simplifica processos que estão sendo realizados de maneira conjunta no dia a dia, principalmente com outros sistemas, como a contabilidade. Contudo, além disso:

É improvável o alcance de metas sem algum tipo de controle interno, pois é o mesmo que possibilita a averiguação dos relatórios contábeis, financeiros

e operacionais, evitando dessa forma erros, fraudes e possíveis alterações que o patrimônio possa sofrer por virtude de informações não fidedignas e intempestivas. (SILVA, GLEICKELY; SILVA, RACKEL, p.7, 2020.)

Já para CREPALDI, o controle interno:

Está a cargo dos responsáveis pela governança, da administração e dos funcionários para fornecer segurança RAZOÁVEL quanto à realização dos objetivos no que se refere a: confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com leis e regulamentos (compliance).

Contudo, pelo fato de a confiabilidade dos relatórios financeiros estar a cargo dos responsáveis pela administração, o trabalho em conjunto com a contabilidade, se torna um desafio presente na estrutura empresarial, principalmente quando tratamos de averiguação, efetividade e eficiência, pois integração do controle interno com a contabilidade precisa estar alinhado.

A contabilidade por ser uma ciência que estuda e controla e evolução do patrimônio das empresas, dentro desse cenário, fica explícito como o controle interno, também acaba sendo uma ferramenta indispensável para os produtores rurais, principalmente por oferecer diversos tipos de controles e análises, que muitas vezes são realizadas através das informações adquiridas por meio da integração com o controle financeiro das propriedades, que por sua vez, se mostra crucial para tomada de decisões e o desenvolvimento da propriedade rural, como cita IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; CARVALHO, Nelson, (2005, p.1):

A Contabilidade, campo de conhecimento essencial para a formação dos agentes decisórios dos mais variados níveis, é fruto concebido da relação entre o desenrolar dos fatos econômico-financeiros e sua captação e processamento segundo os paradigmas de uma metodologia própria e potencializada pela racionalidade científica.

Situação, que Passos (2010, p.2) ressalta: “A contabilidade se apresenta como instrumento de gestão, fornecendo as informações necessárias e auxiliando nos processos de concorrência, necessidade de aperfeiçoamento das novas tecnologias, globalização dos mercados, se tornando assim indispensável para o sucesso das empresas.”

Contudo, é evidente que ainda existem algumas administrações de propriedades e de empresas inseridas no setor rural, que utilizam métodos antigos e

processos limitados no que diz respeito a controle interno, principalmente em seus departamentos financeiros, mesmo sabendo que é uma questão de suma importância para que os produtores rurais, consigam definir um melhor caminho a ser seguido para suas propriedades.

Entretanto, a falta da implementação de um controle interno nos seus departamentos financeiros, resultam em dificuldades na alavancagem de seus resultados econômicos, por diversos fatores, como por exemplo a dificuldades em relação ao acesso a uma informação fidedigna em tempo real, controle de receitas e despesas, planejamento e tomada de decisões voltada para o futuro e também complicações voltadas ao mercado, principalmente por sair perdendo em comparação a quem se permite a implementar esses processos.

Porém, mesmo o setor rural agregando grande parte das empresas e propriedades que ainda utilizam práticas e sistemas de controles financeiros ineficientes conforme os dados: “O setor do agronegócio pode responder por 24,4% do PIB-IBGE (Produto Interno Bruto – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2023.” Resultado que deixa evidenciado que o setor é uma potência na economia brasileira, mesmo estando em atraso em certos processos. Situação que Barbosa (1985) explica:

Muitas vezes, uma fazenda aparentemente não tem planejamento; porém, analisando com mais profundidade o andamento dos trabalhos e outros aspectos, percebe-se que a atividade está planejada – só que empiricamente, “na cabeça do dono ou do administrador.

Contudo, nos dias de hoje, o setor demonstra estar em constante evolução, em relação a inovação e também compreensão em questão da gestão e controle.

Em consequência disso, é possível notar que, os produtores rurais quando vão em busca de uma mudança em seu controle, torna como solução, a implementação de um sistema de controle interno no seu departamento financeiro, que acabam se integrando com a contabilidade que é prestada a propriedade, porém o controle interno pode ser dividido em diversas categorias.

Não existe terminologia universal para descrever as categorias de controles internos, entretanto pode-se classificá-los segundo suas finalidades, e neste caso seriam desdobrados em:

- a) Controles organizacionais, inclusive segregação de funções;
- b) Controles de sistemas de informação;
- c) Controles de procedimentos. CREPALDI (1998)

Assim, a realização deste trabalho se justifica, a partir da importância de se esclarecer, o quão positivo é um controle interno no departamento financeiro na propriedade dos produtores rurais, identificando as necessidades, benefícios e impactos através da implementação de um sistema de controle financeiro integrado com a contabilidade. Aliado a isso, o estudo do tema se justifica pela necessidade de se ter mais estudos em relação ao assunto sobre controle financeiros nas propriedades rurais visto os avanços dos resultados econômicos da área rural.

Desse modo, o estudo avança ao abordar os impactos positivos e negativos da implementação de um sistema de controle financeiro integrado com a contabilidade e os benefícios aos produtores rurais, tema no qual muitas vezes não são debatidos, porém entendido como um processo essencial para o avanço nos resultados econômicos.

Assim, o estudo ao avançar as análises em relação a importância e os impactos do sistema de controle financeiro integrado com a contabilidade, contribui para a área rural de uma forma geral, quanto também para os que buscam esclarecer dúvidas presentes em relação ao tema.

Portanto, a questão problema que norteia o desenvolvimento deste estudo é: Quais impactos positivos e negativos da implementação de um sistema de controle financeiro integrado com a contabilidade em propriedades rurais da região de Bagé e Dom Pedrito?

Para responder o problema da pesquisa, o objetivo geral do presente trabalho será analisar quais são os impactos da implementação de um sistema de controle financeiro integrado com a contabilidade em propriedades rurais da região de Dom Pedrito e Bagé.

Especificamente pretende-se como objetivos específicos que irão auxiliar a responder ao objetivo geral, foram definidos: a) Descrever como era o sistema de controle financeiro utilizado pelos produtores rurais antes da implementação do sistema de controle financeiro integrado; b) Identificar quais foram as necessidades que levaram a implementação de um sistema de controle financeiro integrado; c) Analisar como o sistema de controle financeiro integrado, solucionou as necessidades de controle e de melhora na qualidade das informações compartilhadas; d) Avaliar quais foram os benefícios da implementação do sistema de controle financeiro integrado; e) Identificar quais necessidades ainda são percebidas após a implementação do

sistema de controle financeiro integrado.

O presente estudo está estruturado, em cinco capítulos, primeiro a Introdução, que trata a contextualização do problema, o objetivo a ser alcançado, justificativa e a estrutura do trabalho. Segundo o referencial teórico, abordando a base conceitual que sustenta o estudo. No terceiro, a metodologia que será utilizada para atingir o objetivo do estudo, composto pelo delineamento metodológico, descrição da unidade de análise, categorias de análise, procedimentos de coleta dos dados, procedimentos de tratamento e análise de dados, aspectos éticos e limitações do método. No quarto capítulo estão dispostos os dados do estudo de caso, com a descrição do campo de estudo, descrição e apresentação dos sistemas utilizados e qual sua importância nas análises, seguido das discussões e recomendações. E por fim, no quinto capítulo a conclusão do presente trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, será apresentado o referencial teórico que irá fundamentar o presente estudo de caso, destacando os aspectos conceituais do controle interno, os aspectos legais que envolvem o tema do produtor rural e da atividade rural.

2.1 PRODUTOR RURAL

Considerando o papel do produtor rural como agente-chave, podemos considerar que o mesmo, desempenha um papel fundamental na sustentabilidade do país, seja ela econômica ou alimentar. A dedicação ao cultivo das terras e ao gerenciamento da criação dos animais com o objetivo de fornecer alimentos para a sociedade, reflete não apenas como uma profissão, mas um modo de vida essencial para o equilíbrio ambiental e o progresso socioeconômico.

Conforme GIULIANI, Mario Gian (2013, p.1) ressalta que, “o desenvolvimento e a modernização da agricultura remetem-nos imediatamente à figura do agricultor profissional como protagonista relevante desse processo.” A exemplo disso, pode-se citar o crescimento do setor rural no decorrer das décadas, podendo se dizer que nos dias de hoje, faz parte de 24,8% do PIB brasileiro (Produto Interno Bruto) conforme IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Contudo, a figura do Produtor Rural, segundo Marion (2012, p. 04), “é a pessoa física que explora a terra visando à produção vegetal, criação de animais - produção animal - e também a industrialização de produtos primários - produção agroindustrial”. Entretanto, quando se trata das atividades rurais, existem várias particularidades a serem consideradas. Nestes casos, o Artigo 1º da Lei Nº 8.023, de 12 de abril de 1990, acaba sendo o ponto importante, pois é o que esclarece e estabelece o que se considera-se atividade rural: I) a agricultura; II) a pecuária; III) a extração e a exploração vegetal e animal; IV) a exploração da apicultura, avicultura, cunicultura, suinocultura, sericicultura, piscicultura e outras culturas animais;

Porém, sabe-se que a forma que os produtores rurais, cultivavam, forneciam e gerenciavam essas atividades rurais no passado, eram totalmente diferentes, principalmente pelo fato da tecnologia e a informação não serem de fácil acesso, como nos dias de hoje.

Tendo em vista, que a atividade rural é uma atividade muito antiga, no qual os

objetivos iniciais do homem, eram somente cultivar plantas e criar animais para o seu alimento próprio. Com o passar do tempo, muitos produtores optaram por adotar exclusivamente um sistema de cultivo, visando usufruir da praticidade do trabalho e dos métodos de controle relativamente simples proporcionados por esse tipo de sistema.

De acordo com DE SOUZA (2010, p.20), a evolução desses sistemas de cultivo e de práticas de controle voltados as atividades agrícolas, são divididas em três estágios.

- I) Agricultura tradicional – consiste na forma rudimentar de produção de alimentos, caracteriza-se pelo emprego de força humana e animal e técnicas atrasadas como queimadas, uso da enxada e arado de tração animal.
- II) Agricultura moderna – a partir da revolução industrial no final do século XVIII, há uma modernização na produção de alimentos como o uso de máquinas, adubos, rotação de culturas em associação a pecuária, elevando a produtividade.
- III) Agricultura contemporânea - a agricultura atual, praticada principalmente nos países desenvolvidos, com elevada mecanização, seleção de sementes, uso intensivo de defensivos e adubos químicos, alta produtividade, grande investimento de capitais e de pesquisas científicas (transgênicos).

Estágios que são marcados por evoluções, principalmente no que se diz respeito ao manejo de terra, evolução de tecnologia aos maquinários e investimento de capitais, no qual conseqüentemente favorecem de uma forma geral o desenvolvimento e mudança do agronegócio.

Essa mudança, ganha destaque também na década de 1990, quando foi criado o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) algo que na época, teve como objetivo ajudar os pequenos produtores rurais a ter acesso a tecnologias voltadas para a produção, influenciando diretamente o incentivo ao acesso da tecnologia e do conhecimento de técnicas que eram desprovidas.

Para BUAINNAIN, GARCIA, (2013, p.32), a grande dificuldade de se obter conhecimento técnico foi:

O baixo grau de instrução do produtor ou do gestor do estabelecimento, falta de infraestrutura para o escoamento da produção, carência de recursos e conhecimentos básicos para a incorporação de novos sistemas produtivos e métodos, entre outras restrições.

Contudo, esse baixo grau de instrução por parte do produtor ou do gestor do

estabelecimento, pode ser facilmente superado através da implementação de estratégias educacionais e de capacitação. Ações contendo programas de treinamentos específicos, parcerias com instituições educacionais e técnicas e até mesmo promoções de parcerias entre produtores mais experientes e aqueles com menor instrução pode criar um ambiente de troca de conhecimentos práticos, contribuindo para superar as limitações do baixo grau de instrução.

Dessa forma, independente do grau de instrução, para (GIULIANI, 2013 p. 1) “O desenvolvimento e a modernização da agricultura remetem-nos imediatamente à figura do agricultor profissional como protagonista relevante desse processo.”

Tanto que (FILHO, José Eustáquio; SILVEIRA, José, 2011, p. 1) afirmam a importância do aprendizado do agricultor:

O processo de aprendizado do agricultor no decorrer do tempo é responsável pelo aumento da produtividade e, paralelamente, pela redução dos custos de produção, dependendo da capacidade do produtor de interpretar e assimilar as novas informações, bem como da habilidade gerencial do uso do conhecimento tecnológico

Para (ULRICH, Elisane, 2009 p. 3):

As últimas décadas revelam que há um crescente e acelerado processo de conhecimento do produtor rural sobre os conceitos e técnicas contábeis e de gestão do agronegócio. Impulsionado pela nova geração de gestores do agronegócio, a empresa rural tem se caracterizado pela incrementação de sua gestão, levando a administração rural a ganhar qualidade e autonomia na gerência de suas atividades administrativas.

Em consequência disso, é possível notar que nem todos os produtores detêm a mesma situação e os mesmos problemas, é essencial entender a condição que o mesmo se encontra, tanto em relação a localização, conhecimento e financeiro.

Para (BUAINNAIN, Antônio; GARCIA, Junior, 2013, p.67):

É preciso reconhecer que parcela dos agricultores, especialmente aqueles considerados de menor porte, enfrentam muitas dificuldades e restrições para elevar sua produtividade, ou seja, alcançar a viabilidade econômica do estabelecimento a partir somente da renda agrícola. Nestes casos, as estratégias de enfrentamento devem adotar uma abordagem holística que visualize não apenas “dentro da porteira”, mas também o entorno ou “fora da porteira”.

Em outras palavras, talvez seja necessário analisar a situação atual do produtor, pois a grande parcela, especialmente os de menor porte, enfrentam

dificuldade de adotar estratégias em relação a questão externa, principalmente por dificuldade de acesso a mercados e políticas públicas. Nem sempre o conhecimento do produtor vai ser o grau de dificuldade da propriedade e sim a questão da infraestrutura pode ser um ponto de dificuldade para a sustentabilidade econômica dessas propriedades.

Entretanto, essa situação, impacta o planejamento a longo prazo e o controle efetivo da propriedade, pois vai além da simples escolha do que é melhor para a propriedade. Principalmente pelo fato de o produtor ter limitação de capacidade em relação ao contexto da propriedade e muitas vezes a mesma não possui a infraestrutura mínima necessária.

O tomador de decisão é limitado por sua capacidade cognitiva, sendo o processo decisório também limitado por esta capacidade, ou seja, o tomador de decisão é um indivíduo que possui uma racionalidade limitada, apresentando limitação no seu conhecimento sobre os aspectos sobre os quais as decisões serão tomadas. Aliado a isso, o indivíduo é limitado pelos seus valores e pelos conceitos de finalidade que o influenciam na tomada de decisão. (SIMON, Herbert, 1979)

Contudo, diante essa situação, o produtor, acaba enfrentando desafios adicionais ao lidar com tomadas de decisões quando tratadas de forma não programadas ou não estruturadas. Nessas ocasiões, a falta de familiaridade e a ausência de um caminho definido em questão de mercado, políticas públicas, obrigações fiscais e habilidades adaptativas de uma forma geral, representam dificuldades para o processo decisório, intensificando as limitações à racionalidade e ao conhecimento do produtor.

Para DUTRA et. al., 2008, p. 8):

As decisões não programadas ou não estruturadas, por sua vez, são aquelas que não são familiares ao decisor e, portanto, não seguem o mesmo modo de raciocínio inerente às tomadas de decisão programadas. Este tipo de tomada de decisão não possui regras para seguir e nem um esquema específico para ser utilizado, podendo estar relacionado a situações desconhecidas ou inéditas. Sendo assim, elas representam um desafio para os administradores, em razão da inexistência de um caminho composto por uma sequência de passos definidos para a tomada de decisão.

No entanto, a exploração da atividade rural de uma forma geral é um aspecto crítico, porque requer reponsabilidade por parte do produtor rural, em ir em busca do desenvolvimento não somente das habilidades adaptativas, mas também na busca

por informações e compreensão dos acontecimentos ao longo da cadeia produtiva, especialmente na parte financeira. Esses conhecimentos podem orientar as decisões tomadas na propriedade rural.

Circunstância que (DUTRA, Alberto et. al., 2008, p. 13) ressalta a importância:

Ao produtor rural cabe, além do desenvolvimento de capacidade adaptativa, a busca por informações e pelo entendimento dos movimentos ajustante em sua cadeia produtiva, os quais podem vir a orientar os possíveis caminhos para as tomadas de decisão na propriedade rural. Deve-se reconhecer, porém, que características inerentes à atividade agropecuária, como o ciclo de vida das culturas produtivas, limita a velocidade de remanejamento das atividades da propriedade rural em direção às exigências dos mercados, limitando as possibilidades de ação do produtor rural relativamente aos demais elos das cadeias produtivas.

Em virtude disso, a parte financeira requer uma atenção especial, pois as particularidades desse processo exigem que o produtor rural aprimore seu controle financeiro interno da propriedade, pois é o principal pilar da organização e planejamento em relação a cumprimento de obrigações fiscais econômicas.

Vale lembrar que quando se fala em exploração da atividade rural, é possível ser explorada por pessoas físicas e jurídicas, onde conforme a Lei nº 10.406/2002 e alterações posteriores a ela, mostram que a pessoa física é todo contribuinte que contem a certidão de nascimento e cadastro de pessoa física (CPF) e a jurídica é qualquer pessoa maior que seja maior de 18 anos ou entre 16 e 18, emancipada que queira abrir uma empresa, posteriormente adquirindo um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), inscrições estadual e municipal. Contudo a partir da escolha da natureza da pessoa, em relação a obrigações fiscais é estabelecido particularidades.

Quando Pessoa Física, não é necessário a conter uma escrituração contábil, pois a apuração é feita por meio da escrituração do livro-caixa, como estabelece o Art. 53, do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018: “O resultado da exploração da atividade rural será apurado mediante escrituração do livro-caixa, que deverá abranger as receitas, as despesas de custeio, os investimentos e os demais valores que integrem a atividade”. Contudo, ainda se tem a disponibilidade das compensações de prejuízos de anos anteriores, conforme o Art.58 do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, estabelece: “O resultado positivo obtido na exploração da atividade rural pela pessoa física poderá ser compensado com prejuízos apurados em anos-calendário anteriores”. Contudo, a Instrução normativa RFB nº 1903, de 24 de julho de 2019, no Art.23 estabelece:

A partir do ano-calendário de 2019 o produtor rural que auferir, durante o ano, receita bruta total da atividade rural superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) deverá entregar, com observância ao disposto no § 4º do art. 23, arquivo digital com a escrituração do Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR)

Em algumas situações, os resultados a partir disso, podem variar de acordo com o controle que se tem sobre a situação dos exercícios passados, presentes e futuros, ter um controle total sobre seus lucros e prejuízos é fundamental nessa ocasião.

A atividade rural também poderá ser explorada por, Pessoa Jurídica, essa fica obrigada a escrituração contábil, juntamente com todas as exigências fiscais, conforme o enquadramento tributário.

Por todos esses aspectos, o produtor rural tem que estar preparado para todos os tipos de mudanças, principalmente culturais, tecnológicas e financeiras, sempre acompanhando as novas tendências, transformações e obrigações fiscais agrícolas ao longo do tempo. Nem todos os aspectos vão sair sendo positivos, porém é essencial saber que a propriedade é um negócio, onde é fundamental que o produtor tenha controle de suas operações e estejam preparados para situações de possíveis reformulações internas, pois o controle financeiro interno, juntamente com a contabilidade acabam dando uma maior eficiência para a gestão, planejamento e o controle, no qual são chaves indispensáveis para se obter resultados econômicos positivos.

2.2 CONTABILIDADE RURAL

Ao observar o cenário atual, é possível afirmar que para se ter uma gestão financeira eficiente em uma propriedade, a presença da contabilidade rural se torna indispensável, principalmente por conta da possibilidade de se ter um controle dos custos, receitas e investimentos, no qual contribui diretamente na prática de organização em relação a todas as leis, regulamentos e normas que devem ser seguidos, juntamente com a obtenção de créditos e a sustentabilidade da propriedade, influenciando cada vez mais o crescimento do setor rural.

Conforme (CASTRO, Mariana; SOARES, Glaucia, 2015, P. 4):

Contabilidade é uma ciência que estuda os acontecimentos (fatos) patrimoniais de uma entidade com ou sem fins lucrativos. A contabilidade registra, controla e estuda o patrimônio, onde todas as suas movimentações são registradas na contabilidade e depois são elaboradas as demonstrações contábeis, resume os dados adquiridos em forma de relatórios gerenciais, que servem de instrumento de informação para a tomada de decisão.

Ciência na qual, passou por evoluções a partir do momento que o homem que reconheceu a importância de registrar seus bens, fazendo com que o históricoprimitivo de somente contar o rebanho, evoluísse para o sistema que hoje se encontra, onde a ciência registra, controla e analisa o patrimônio.

BURIOLA, Maria; LOPES, Karine (2019, P. 1) ressalta que a ciência:

Surgiu a partir do momento em que o homem percebeu a necessidade de registrar seus bens, cerca de 2000 antes de Cristo. Um dos primeiros registros contábeis foi o fato de contabilizar, dando nó em cordas ou pela separação das pedrinhas, ao contar o rebanho de ovelhas, para ver se havia perdido algum de seus animais.

Contudo, a contabilidade acabou passando por diversos tipos de entendimento, principalmente por demonstrar diversas possibilidades de retornos aos usuários ao longo da evolução da informação e das necessidades.

ULRICH, Elisane (2009 p. 1) ressalta: “desde a antiguidade, o homem tem realizado esforços no sentido de organizar e gerenciar seus lucros, objetivando a maximização de suas riquezas. E é através da Contabilidade que esta organização se tornou possível.”

Para IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; CARVALHO, Nelson (2006, p. 48): “a contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização.”

No entanto, tais cenários, sejam eles gerenciais ou informativos, evidenciam que ao longo da história, a contabilidade tem ampliado e aprimorado suas funções de acordo com as exigências dos usuários, transformando-se crucial na solução das necessidades.

Necessidade que MAUSS, César Volnei *et. Al* (2007, p. 3) também explica: “nesta nova realidade concorrencial, a contabilidade precisa evoluir e fornecer instrumentos decisivos para o crescimento econômico da organização”

Seguindo dessa forma, contra a utilização da contabilidade somente como ferramenta de apuração de lucros e despesas obtidos pela empresa.

Como ressalta MAUSS, C ezar Volnei *et. Al* (2007, p. 3):

Com a evolu o tecnológica e a amplia o das necessidades sociais, como um todo, houve também a amplia o do leque de usuários potenciais da contabilidade, criando-se a necessidade de a empresa evidenciar suas realiza es para a sociedade, contrariamente ao que acontecia antigamente, quando a contabilidade tinha por objetivo informar apenas ao dono qual o lucro obtido pela empresa em determinado período.

Contudo, quando se trata de contabilidade na área rural, levamos em considera o fatores que influenciam no processo decisório, como por exemplo a capacidade da mesma ser utilizada apenas para registrar fatos, porém proporcionar boas informa es para a administra o, a partir de um trabalho em conjunto com o controle interno financeiro da propriedade.

A Contabilidade Rural   essencial para o controle da propriedade rural, seja sob o aspecto financeiro, econômico ou gerencial. Mesmo que utilizada apenas para registrar os fatos ela pode propiciar boas informa es para a administra o e para a realiza o do processo decisório (RECH, 2006)

A partir disso, FONSECA, Reinaldo Aparecida *et. Al*, (2015. p.2) explica a atua o da contabilidade rural nessa questão:

A atua o da Contabilidade Rural baseia-se no planejamento e monitoramento de todas as informa es gerenciais. Assim,   fundamental a implementa o de um adequado sistema para que possa mostrar resultados, possibilitando ao Administrador e ao Produtor atua o em todas as etapas do processo de gestão.

Sabe-se que a Contabilidade Rural, diante um planejamento e monitoramento de informa es gerenciais, torna-se ainda mais importante diante da constante evolu o tecnológica e das demandas do mercado por produtos de melhor qualidade e preços mais atrativos. A implementa o de um sistema adequado possibilita ao gestor e ao produtor atuarem em todas as etapas do processo de gestão, ampliando suas técnicas financeiras e de produ es mais eficientes.

A constante evolu o tecnológica e as exigências do mercado consumidor em adquirir produtos com melhor qualidade e preços mais atrativos fazem com que o produtor ou empresário rural amplie suas técnicas financeiras e de produ o eficientes. Nesse aspecto, a Contabilidade   uma ferramenta indispensável na gestão dos negócios. (MAGRO, Cristian Bau, *et. al*, 2011, p.1)

No entanto, a contabilidade rural não somente possibilita ao gestor e aos produtores etapas de gestão, técnicas financeiras e de produção mais eficiente. Possibilita também benefícios em relação a confiança e qualidade da informação que são encaminhadas para a tomada de decisões, dando cada vez mais detalhes dos pontos negativos e positivos de todas as operações ocorridas na propriedade.

A contabilidade configura-se como um diferencial, não somente pela importância relacionada ao controle e planejamento das atividades, mas também pelos benefícios das informações geradas para a tomada de decisões e a gestão sobre as receitas, os custos e as despesas de cada atividade desenvolvida ou de cada unidade produtiva. (KRUGER, Silvana; MAZZIONI, Sady; BOETTCHER, Simoni, 2009, p.3)

Entretanto, sabe-se que a área rural, é uma área que culturalmente é de difícil acesso em questões de implementação de um novo sistema ou de uma nova forma de trabalho, por conta dos produtores rurais muitas vezes não optarem pela utilização da contabilidade rural como forma de gestão, conseqüentemente seguindo assim, com um sistema muito antigo para a gestão de seus negócios.

Uma ferramenta pouco utilizada pelos produtores é, sem dúvida, a Contabilidade Rural, pois é vista como uma técnica complexa, com baixo retorno na prática, ela é conhecida apenas para a Declaração do Imposto de Renda, e os produtores não demonstram interesse na sua aplicação gerencial. Crepaldi (2005 apud BORILLI, Salete, et.al, 2005, p.6)

Ao examinar a situação, torna-se evidente que a razão pela qual muitos produtores não adotam essa ferramenta de gestão está, em grande parte, associada ao baixo nível de instrução em relação ao gerenciamento e controle financeiro. Isso ocorre principalmente porque os produtores tendem a mostrar pouco interesse nessa questão de gestão, o que dificulta a sua utilização.

Historicamente o homem do campo tem se dedicado a produzir alimentos e deixar a gerência de suas propriedades ao encargo dos contadores e das pessoas mais qualificadas para auxiliá-lo na tarefa de organização contábil. Este processo determinou um distanciamento entre o homem do campo e o conhecimento dos conceitos e técnicas de gestão empresarial. Mesmo a propriedade rural está sendo encarada como uma empresa há bem pouco tempo. (ULRICH, Elisane, 2009 p. 3)

Entretanto, ULRICH, Elisane (2009 p. 2) também ressalta:

As últimas décadas revelam que há um crescente e acelerado processo de

conhecimento do produtor rural sobre os conceitos e técnicas contábeis e de gestão do agronegócio. Impulsionado pela nova geração de gestores do agronegócio, a empresa rural tem se caracterizado pela incrementação de sua gestão, levando a administração rural a ganhar qualidade e autonomia na gerência de suas atividades administrativas.

Além disso, a contabilidade destinada ao meio rural trabalha com base em necessidades específicas frequentemente relacionadas a problemas sobre o controle de gestão dos produtores rurais, oriundas da grande parte do baixo conhecimento sobre as peculiaridades da área rural. Dentro desse contexto, é possível destacar a importância de obter informações seguras provenientes de um controle efetivo, no qual possibilite que a contabilidade se torne um instrumento de gestão para esses produtores.

Atividade agrícola possui algumas peculiaridades como o exercício social que termina logo após o ano agrícola, em que o ano agrícola corresponde, geralmente, ao período de 12 meses, que engloba o início do cultivo até a colheita, diferindo das demais empresas que apresentam receitas e despesas constantes durante os meses do ano (COSTA Maristela; LIBONATI, Jeronymo; RODRIGUES, Raimundo, 2004, p.7)

Isso sem contar também, com os riscos presentes na atividade rural, principalmente por saber que seus resultados são oriundos de atividades no qual dependem de razões es climáticas, biológicas e com instabilidades de preços de mercado em relação a produtos, riscos que deixam explícito a importância da contabilidade rural.

(KRUGER, Silvana; MAZZIONI, Sady; BOETTCHER, Simoni, 2009, P 1.)
ressalta:

O meio rural e as produções agrícolas, zootécnicas e agroindustriais dependem além das questões climáticas, do conhecimento específico sobre as atividades realizadas pelos produtores, mas os resultados também dependem da ação dos proprietários rurais e de sua capacidade de gerir as atividades que desenvolvem.

Situação que (NAVES, Igor; COSTA, Simone, 2021, p.5) também cita:

Não basta apenas essa preocupação e essa análise, devendo também observar o mercado no qual seus produtos agrícolas estão inseridos, organizar e planejar suas ações a partir da definição da quantidade de capital, e qualidade de seus investimentos com menor chance de falhas.

No entanto, mesmo a contabilidade ainda sendo vista de uma forma equivocada pelos olhos de uma pequena parte de produtores rurais, sendo uma ferramenta com pouco retorno financeiro, simplesmente por ir em desconcontro com seu sistema antigo e desatualizado utilizado na gestão de suas propriedades. A aplicação da contabilidade rural, quando aplicada correntemente, para CREPALDI (2005) tem como finalidade.

- Orientar as operações agrícolas e pecuárias
- Medir o desempenho econômico-financeiro da empresa e de cada atividade produtiva individualmente
- Controlar as transações financeiras
- Apoiar as tomadas de decisões no planejamento da produção, das vendas e dos investimentos
- Auxiliar as projeções de fluxos de caixa e necessidades de crédito
- Permitir a comparação da performance da empresa no tempo, e desta com as outras empresas;
- Conduzir as despesas pessoais do proprietário e de sua família
- Justificar a liquidez e capacidade de pagamento da empresa junto aos agentes financeiros e outros credores
- Usar informações para a declaração do IR

No entanto, outra finalidade importante que a contabilidade rural fornece ao produtor rural, é o controle e a contribuição diante a conformidade legal exercida na atividade rural.

Como por exemplo realização do LCDPR (Livro Caixa Digital do Produtor Rural), que é uma obrigação acessória, a todos aqueles produtores rurais que atingirem o limite de faturamento de R\$ 4,8 milhões, conforme a Instrução normativa RFB nº 1903, de 24 de julho de 2019, no Art.23 estabelece, independente se utilizado o regime de caixa ou de competência.

(BURATO, Gabriela; MARQUES, Maysa, 2022, P.6) ressalta:

O livro é importante para o controle dos custos e despesas da operação rural, por outro lado e muito usado para a concessão de crédito, pois proporciona credibilidade. Gerencialmente tem a finalidade de registrar a receita gerada na atividade apurando o resultado, possibilitando a previsão de Imposto de Renda com antecedência, além da facilidade no preenchimento da declaração de Ajuste Anual

Contudo, as finalidades deixam explícitas também, a ideia de (FONSECA, Reinaldo Aparecida *et. Al*, 2015 P.1):

A contabilidade rural tem um papel importante, informações como formação e avaliação de estoques e preço de custo e valor de mercado, depreciação de máquinas e equipamentos, e em culturas permanentes como a de café, com essas e outras informações contábeis, fica mais fácil mensurar receitas

e despesas, e facilita para o gestor na tomada de decisões.

Diante o exposto, fica esclarecido que a contabilidade rural em um modo geral, é essencial para promover a eficiência e a sustentabilidade no setor do agronegócio, influenciando diretamente no auxílio a gestões de gerenciamento e conseqüentemente nos resultados econômicos dos produtores rurais.

2.3 CONTROLE INTERNO PARA O PRODUTOR RURAL

Pode-se afirmar que, atualmente, as empresas quando buscam implementar ações e procedimentos que estabelecem metas e objetivos no qual querem alcançar, na grande parte, vão em busca da compreensão do conceito de controle interno.

Conforme Almeida (2003, p.63) “o controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenados negócios da empresa.” Conjunto que acaba se tornando importante de uma forma geral para as empresas, pois auxilia diretamente no fluxo de operações e informações que o mesmo propõe, principalmente quando a empresa chega ao ponto de ficar incapaz de prosseguir suas operações sem nenhum tipo de controle.

Quando é considerado o cenário em que a empresa está no seu estágio inicial, durante seu desenvolvimento e sua consolidação no mercado, onde não há muita diversificação de produtos, nem um alto volume de vendas ou de muitos funcionários, o controle na empresa se dá a partir do proprietário. No entanto, à medida que a empresa entra na fase de crescimento, com um aumento significativo no volume de negócios, esse tipo de controle se torna inviável.

Segundo Almeida (1996):

O grande volume de operações realizadas no dia a dia das empresas faz com que os seus gestores necessitem de um sistema de Controle Interno que possibilite que todas as operações sejam realizadas de acordo com as políticas estabelecidas para atingirem o objetivo esperado.

Attie (1998, p. 113) explica:

Quando maior vai ficando a entidade social, maior e mais complexa se torna a organização estrutural, pois grande das atividades controladas inicialmente

pelo dono vão sendo delegadas a outros funcionários, dos quais ele espera que haja compromisso e capacitação igual a aquela que disponha pessoalmente na gestão do negócio.

Contudo, para Attie (1998, p.111) “O controle tem significado e relevância somente quando é concebido para garantir o cumprimento de um objetivo definido, quer seja administrativo ou gerencial. Dessa forma, o controle não é algo sem face ou sem forma, mas um dado físico que avalia uma função observável.”

BORDIN, Patrícia; SARAIVA, Cristiane; (2005, p.3) afirma:

Diante destes conceitos, é importante ressaltar que o controle interno não é necessariamente um complexo sistema de rotinas e procedimentos burocráticos que necessite ser implementado exatamente como indicado nos livros e normas, para que funcione de modo satisfatório. A filosofia do administrador irá determinar a capacidade de implantar sistemas de controle que apresentem condições favoráveis para a empresa, atendendo suas particularidades.

Contudo, é relevante observar que o controle interno, de maneira geral, envolve atividades em outros setores, que contribuem para seu aprimoramento, que são os controles contábeis e controles administrativos, ambos importantes pois representam princípios diferentes, porém com características similares. O controle contábil concentra-se nos princípios que protegem o patrimônio e os registros da empresa e os controles administrativos direcionam-se para os interesses no operacional da empresa.

Attie (1998, p.115) deixa explícito que as características de um eficiente sistema de controle interno compreendem:

- Plano de organização que proporcione apropriada segregação de funções entre execução operacional e custódia dos bens patrimoniais e sua contabilização.
- Sistema de autorização e procedimentos de escrituração adequados, que proporcionem controle eficiente sobre o ativo, passivo, receitas, custos e despesas
- Observação de práticas salutaras nos cumprimentos dos deveres e funções de cada um dos departamentos da organização
- Pessoal com adequada qualificação técnica e profissional, para a execução de suas atribuições.

Sobretudo, diante os desafios e dificuldades no qual as empresas acabam apresentando, os princípios e os objetivos independente da natureza do controle interno, acabam auxiliando na solução e também da implementação de um sistema

de controle interno, porém dentro da visão da empresa, é necessário estar claro que todos sistemas sejam eles políticos, gerenciais e operacionais, serão comprometidos caso não tenham pessoas qualificadas para poder estabelecer um plano de negócio em relação aos interesses, exatidão e fidedignidade das informações que estão sendo compartilhadas, principalmente em relação aos dados contábeis.

Attie (1998, p.117) ainda afirma: “O conceito, a interpretação e a importância do controle interno envolvem imensa gama de procedimentos e práticas que, em conjunto, possibilitam a consecução de determinado fim, ou seja, controlar.”

- Regra geral, o controle interno tem quatro objetivos básicos:
- A salvaguarda dos interesses da empresa
- A precisão e a confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais
- O estímulo a eficiência operacional
- A aderência as políticas existentes.

Com isso, sabe se também que para poder se estabelecer esses processos, é necessário desenvolver alguns princípios dentro da empresa, que acabam auxiliando dando suporte na salvaguarda dos interesses da empresa.

Tabela 1 - Princípios que auxiliam o suporte na salvaguarda dos interesses

Segregação de Funções	Estabelece a independência para as funções de execução operacional, custódia física e contabilização. Ninguém deve ter sob sua inteira responsabilidade todas as fases inerentes a uma operação. Cada uma dessas fases deve, preferencialmente, ser executada por pessoas e setores independentes entre si.
-----------------------	---

Sistema de Autorização e Aprovação	Compreende o controle das operações através de métodos de aprovações, de acordo com as responsabilidades e os riscos envolvidos. A medida do possível, a pessoa que autoriza não deve ser a que aprova para não expor a risco os interesses da empresa.
Determinação de funções e responsabilidades	Determina para cada funcionário a noção exata de suas funções, incluindo a responsabilidade que compõem o cargo. A existência de organogramas claros determina linhas de responsabilidades e autoridades definidas por toda a linha hierárquica.
Rotação de funcionários	Corresponde ao rodízio dos funcionários de signados para cada trabalho; possibilita reduzir as oportunidades de fraudes e resulta, geralmente, em novas ideias de trabalho para as funções.
Carta de fiança	Determina aos funcionários que em geral lidam com valores, a responsabilidade pela custódia de bens e valores, resguardando a empresa e dissuadindo, psicologicamente os funcionários a tentações. De acordo com as circunstâncias pode-se utilizar seguro fidelidade, isolada ou conjuntamente a carta de fiança.

<p>Manutenção de contas de controle</p>	<p>Indica a exatidão dos saldos das contas detalhadas, geralmente controladas por outros funcionários. Permite a realização de confrontação permanente entre os saldos detalhados e o saldo sintético, e a aplicação de procedimentos de comprovação da exatidão dos registros.</p>
<p>Seguro</p>	<p>Compreende a manutenção de apólice de seguros, a valores adequados de reposição, dos bens, valores e riscos a que está sujeita a empresa.</p>
<p>Legislação</p>	<p>Corresponde a atualização permanente sobre a legislação vigente, visando diminuir riscos e não expor a empresa as contingências fiscais e legais pela não obediência aos preceitos atuais vigentes.</p>
<p>Diminuição de erros e desperdícios</p>	<p>Indica a detecção de erros e desperdícios na fonte; comumente essas falhas são originadas devidos a controles mal definidos, falta de controles, copias e vias excessivas etc.</p>
<p>Contagens físicas independentes</p>	<p>Corresponde a realização de contagens físicas de bens e valores, de forma periódica, por intermédio de pessoas independentes ao custodiante, visando maximizar o controle físico e resguardas os interesses da empresa.</p>

Fonte: Attie (1998, p. 117)

Ainda, para FLORIANO, José; LOZECYKI, Jeferson (2006, p.6): “O sistema de controle interno pode ser de natureza preventiva, detectiva e corretiva.”

- a) Preventiva: atua como uma forma de prevenir a ocorrência dos problemas, exercendo o papel de uma espécie de guia para a execução do processo ou na definição das atribuições e responsabilidades inerentes.
- b) Detectiva: detecta algum problema no processo, permitindo medidas tempestivas de correção.
- c) Corretiva: serve de base para detectar erros, desperdícios ou irregularidades, depois que as mesmas já ocorreram, permitindo ações posteriores corretivas.

Além desse ponto analisado, quando é tratada a parte da implementação de um sistema de controle interno, é fundamental considerar não apenas as responsabilidades da administração, que se concentram na definição do controle interno, na promoção de padrões de comportamento alinhados e no estímulo à eficiência operacional, mas também a integridade do conhecimento econômico da empresa, pois precisa estar claro a capacidade econômica em relação a implementação, isso porque o custo da implementação do controle interno pode não necessariamente resultar em um retorno equivalente.

Como ressalta Almeida (2003, p.70): “O custo do controle interno não deve exceder aos benefícios que dele se espera obter.”

Contudo, um bom sistema de controle interno deve ser capaz de identificar todas as irregularidades da empresa, mantendo o principal objetivo, no qual é aumentar as chances de detectar fraudes de qualquer natureza prontamente, tornando assim a operação eficaz e segura. No entanto, a sua implementação precisa estar alinhada com a administração, pois o plano estabelecido, precisa estar definido e entendido internamente para que o sistema consiga desenvolver seus princípios para que seus benefícios sejam estabelecidos para a empresa e também para os parceiros na qual estão integralizados.

Desse modo, vale lembrar que o sistema de controle interno de uma forma geral é essencial independentemente do tipo de pessoa, seja CPF (Cadastro de Pessoa Física) ou CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, principalmente quando se trata de setores que contém diversas peculiaridades, como o setor rural. Pois as informações que são geradas através do controle interno desempenham um papel

importante na tomada de decisões estratégicas, no qual garantem a eficiência operacional. Um sistema de controle interno adequado oferece segurança e precisão, permitindo aos produtores monitorar suas atividades, otimizar recursos e enfrentar desafios de maneira mais assertiva.

3 METODOLOGIA

Conforme o *site* CUBOUP (2019), metodologia “é o estudo sistemático e racional dos métodos, técnicas e procedimentos que são utilizados em uma determinada área de conhecimento ou disciplina científica.”. Como o modelo de Demo (1985 apud KOIZUMI, 1992, p.1) “metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos”.

Contudo, para o modelo de Minayo (1993 apud FALBO, Ricardo, 2010, p.3) afirma que pesquisa:

É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.

Nesse sentido, o presente capítulo aborda as metodologias de pesquisa utilizadas para atingir os objetivos do estudo, no qual foram divididas em seis tópicos, o delineamento metodológico, descrição da unidade de análise, categorias de análise, procedimentos de coleta dos dados, procedimentos de tratamento e análise dos dados, aspectos éticos e limitações do método.

3.1 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

No estudo, será utilizado o método de coleta de dados, por meio de pesquisas documentais, em relação a demonstrações contábeis e também aplicações de entrevistas e questionários para os produtores rurais.

Diante disso, a pesquisa é denominada como um estudo de caso.

O estudo de caso tem se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder às questões “como” e “por quê” certos fenômenos ocorrem, quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real. Godoy (1995, p.6).

Yin (2001, p. 30) classifica o estudo de caso como: “investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”

Quanto a abordagem do problema, é classificada como qualitativa, para Godoy (1995, p.2):

Um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes.

Godoy (1995, p.2), ainda afirma que “a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques”

Contudo, a pesquisa também é classificada como descritiva, para (PEDROSO, Júlia; SILVA Kauana; SANTOS, Laiza, 2018) “a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever um fenômeno ou situação em detalhe, permitindo abranger com clareza as características de um indivíduo, um grupo ou uma situação, bem como desvendar a relação entre os eventos.”

3.2 DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE ANÁLISE

Em relação a descrição da unidade de análise, o presente estudo usou como casos a serem estudados, duas propriedades rurais localizadas na região de Dom Pedrito e Bagé no Rio Grande do Sul. As propriedades atuam na produção agropecuária, como a exploração da atividade agrícola voltadas a produção de arroz, soja e pecuária bovina.

A escolha das unidades de análise é justificada pela sua importância no setor rural da região, como peça fundamental na economia. Além disso, seu funcionamento já é de conhecimento do pesquisador, pelo fato de trabalhar na empresa que presta assessoria contábil para esses produtores.

A análise da propriedade permitirá um aprofundamento de como é feito o controle financeiro atual e como a implementação de um sistema de controle financeiro integrado impactaria nas suas rotinas

3.3 CATEGORIAS DE ANÁLISE

A categoria de análise de uma forma geral, irá abordar as opiniões e as experiências dos produtores rurais e dos profissionais responsáveis pela contabilidade dessas propriedades, em relação a implementação de um sistema de controle financeiro integrado com a contabilidade.

Irá incluir aspectos como a facilidade do uso, eficiência na utilização do sistema e desafios encontrados. A partir disso, identificará as opiniões e relatos dos produtores rurais sobre a experiência da implementação do sistema, destacando os pontos fortes e fracos.

No qual permitirá uma compreensão mais aprofundada sobre a importância e o impacto da implementação de um sistema de controle financeiro integrado a contabilidade para esses produtores rurais e profissionais responsável pela contabilidade.

3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS

Sabe se que cada pesquisa se tem sua base para selecionar a forma de coletar os dados e analisar os mesmos, para Andrade, (2009. p. 13) “Escolhido os métodos, as técnicas a serem utilizadas serão selecionadas, de acordo com o objetivo da pesquisa”.

Uma das fases mais importantes em uma pesquisa é a da coleta de dados. Não importa se o tipo de pesquisa é qualitativa ou quantitativa. Qualquer tipo de levantamento com o público deve ter o máximo de cuidado na hora de coletar informações. Não adianta a metodologia de apuração de dados ser perfeita ou haver um bom planejamento se na hora da coleta de dados houver algum tipo de distorção. (Instituto PHD, 2011)

Contudo, a coleta de dados do estudo, foi realizada com base nas entrevistas aplicadas aos produtores rurais e aos profissionais responsáveis pela contabilidade das propriedades. As informações em relação aos resultados foram obtidas através da empresa no qual presta serviço de contabilidade aos produtores.

Para Rodrigues (2011, P.6) “a técnica da entrevista aberta, permite uma profunda recolha de dados ao nível do significado e da interpretação que o entrevistado tem da realidade social em análise.”

As entrevistas pretenderam responder as seguintes situações ao produtor rural:

1. Descreva como era o controle financeiro antes da implementação do sistema de controle financeiro integrado?
2. Quais foram os principais motivos que levaram a optar por implementar o novo sistema de controle financeiro integrado?
3. De que maneira o novo sistema de controle financeiro integrado, auxiliou na solução dos motivos de buscar do sistema de controle financeiro?
4. De que maneira, o sistema melhorou a integração entre o controle financeiro da propriedade e a contabilidade, em comparação com os sistemas anteriormente adotados?
5. Quais benefícios foram observados desde a implementação do sistema financeiro integrado?
6. Quais dificuldades foram identificadas durante a implantação o novo sistema de controle financeiro integrado?
7. Houve alteração na estrutura operacional (funções, atribuições de colaboradores e rotina de atividades) na entidade para que pudesse ser implementado o sistema de controle financeiro integrado? Fale sobre elas.
8. Foi percebido melhorias nos processos operacionais e nas informações financeiras?
9. No dia a dia das operações, é possível notar diferença do antigo sistema de controle para o novo que foi implementado?
10. Quais melhorias você aponta para o aperfeiçoamento do sistema de controle financeiro integrado?

Já em relação aos gestores, as entrevistas pretenderam responder as seguintes situações:

1. Descreva como era o controle financeiro na visão de gestor antes da implementação do sistema de controle financeiro integrado e como era realizado a contabilidade de ambas as propriedades?
2. Quais foram os principais motivos que levaram a incentivar o proprietário a optar por implementar o novo sistema de controle financeiro integrado?
3. De que maneira o novo sistema de controle financeiro integrado, auxiliou a contabilidade?
4. Quais benefícios foram observados desde a implementação do sistema

financeiro integrado?

5. - Houve alterações na maneira da integração das propriedades com a contabilidade, a partir do novo sistema de controle financeiro integrado? Fale sobre elas.

Ainda convém lembrar, que a observação também é uma ferramenta para coleta de dados e foi utilizada no estudo.

A observação participante e, provavelmente, a mais característica. Pressupõe que o investigador mergulhe no contexto socioeconômico da realidade que pretende analisar, o que obriga o investigador a ser parte da realidade estudada, aumentando assim a dose de subjetividade inerente a investigação. Rodrigues (2011, p.6)

No estudo, a coleta de dados por meio de observação se deu durante o desenvolvimento do trabalho, conforme foram sendo realizadas as coletas de dados por meio de entrevista.

Além disso, é importante saber que independente da coleta de dados feita, a grande preocupação é com a qualidade dos dados recolhidos e a interpretação dos mesmos, questão também abordada por Rodrigues (2011, p.6), no qual também afirma que: “independentemente da estratégia de investigação adaptada, a codificação dos dados recolhidos reveste-se da maior importância.”.

Para Vergara (1997, p.54), “os objetivos da investigação somente são alcançados com a coleta, o tratamento e, posteriormente, com a interpretação dos dados, buscando assegurar com isso a correlação entre objetivos e formas de atingi-los.

3.5 PROCEDIMENTOS DE TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados adquiridos através da coleta, foram analisados e colocados em comparação conforme cada situação, juntamente com a interpretação das entrevistas aplicadas, para saber a real realidade do impacto e da importância da implementação do sistema de gerenciamento contábil para os produtores rurais.

3.6 ASPECTOS ÉTICOS

A respeito dos aspectos éticos, o estudo garantiu o consentimento dos produtores rurais e também do escritório no qual presta serviço aos mesmos. Antes

de coletar dados ou realizar qualquer análise, foi obtida a concordância explícita de ambas as partes, garantindo que estivessem plenamente informadas sobre os objetivos, métodos e potenciais impactos do estudo

Garantiu também a confidencialidade dos dados fornecidos pelos mesmos, em pró da proteção das suas informações e privacidades.

No que se diz respeito a responsabilidade, o pesquisador teve total responsabilidade de garantir que o estudo fosse realizado de acordo com os princípios éticos.

3.7 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

No que tange as limitações da pesquisa, a grande parte se destacou na dificuldade da coleta de dados em relação a aplicação das entrevistas. A primeira, por motivos de localização, seguindo a lógica que os produtores rurais estão localizados nos municípios de Dom Pedrito e Bagé.

O estudo apresentou outras limitações em relação a conectividade, pois a grande parte dos produtores rurais não são conectados ao meio digital, no qual tornou inviável a aplicação dos questionários e entrevistas por meio digital e também como forma de sanear as dúvidas dos dados coletados.

Por fim, o estudo também teve limitações em relação a dificuldade de acesso a outros produtores para a aplicação da pesquisa, se limitando a apenas dois, no qual são clientes do escritório que presta assessoria contábil, tendo como consequências resultados que podem não ser refletidos para os demais produtores rurais da mesma região.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, serão expostos os resultados alcançados durante a realização do estudo. Inicialmente, serão destacados os resultados provenientes da coleta de dados, seguidos pela análise desses dados. Posteriormente, será apresentado o resultado da avaliação dos impactos decorrentes da implementação de um sistema de controle financeiro integrado com a contabilidade.

4.1 APRESENTAÇÃO DOS CASOS ANALISADOS

As propriedades objetos da realização do estudo, foram duas propriedades localizadas nas cidades de Dom Pedrito e Bagé, no interior do Rio Grande do Sul.

A propriedade localizada em Dom Pedrito começou sua atividade no ano de 2004 e possui 19 anos de atividades rural, contendo como área de exploração 135 hectares próprios, sendo a criação de bovinos sua atividade inicial, contando atualmente com 9 colaboradores, no qual são responsáveis pela produção da propriedade. Contudo, levando em consideração o formato de controle financeiro, a propriedade conta com uma empresa de assessoria contábil, desde seu início, para poder ajudar no gerenciamento econômico da propriedade.

Já a segunda propriedade localizada em Bagé, começou a sua atividade em 1998, também com a criação de bovinos como atividade inicial, contendo atualmente uma área de exploração de 240 hectares próprios, 13 colaboradores, na qual são responsáveis pelo gerenciamento e produção da propriedade. Em consideração do formato de controle financeiro, a propriedade, no ano de 2005, contratou uma empresa de assessoria contábil, para poder ajudar no gerenciamento econômico da propriedade.

Atualmente, as atividades principais das propriedades, são o cultivo de arroz e soja, juntamente com a criação de bovinos, onde a grande parte de seus clientes são cooperativas, engenhos e frigoríficos.

Para realizar a pesquisa e aplicar a metodologia proposta, foram aplicadas duas entrevistas distintas. A primeira aborda as práticas relacionadas aos controles financeiros adotados anteriormente nas propriedades, antes da implementação de um sistema integrado de controle interno financeiro. A segunda entrevista é direcionada diretamente aos profissionais responsáveis pela contabilidade, encarregados de

supervisionar todo o sistema financeiro das propriedades.

4.2 DAS ANÁLISES DOS RESULTADOS OBTIDOS NA PESQUISA

Neste capítulo, serão exibidos os resultados dos dados coletados durante o desenvolvimento da pesquisa realizada nas propriedades rurais. Adotou-se por abordar os assuntos de acordo, diante a capacidade de melhorias implementadas, dos desafios enfrentados e o panorama geral das operações nas propriedades, através da implementação do sistema de controle financeiro integrado, contribuindo de uma forma geral para o cenário rural.

4.2.1 DO CONTROLE FINANCEIRO ADOTADO NAS PROPRIEDADES

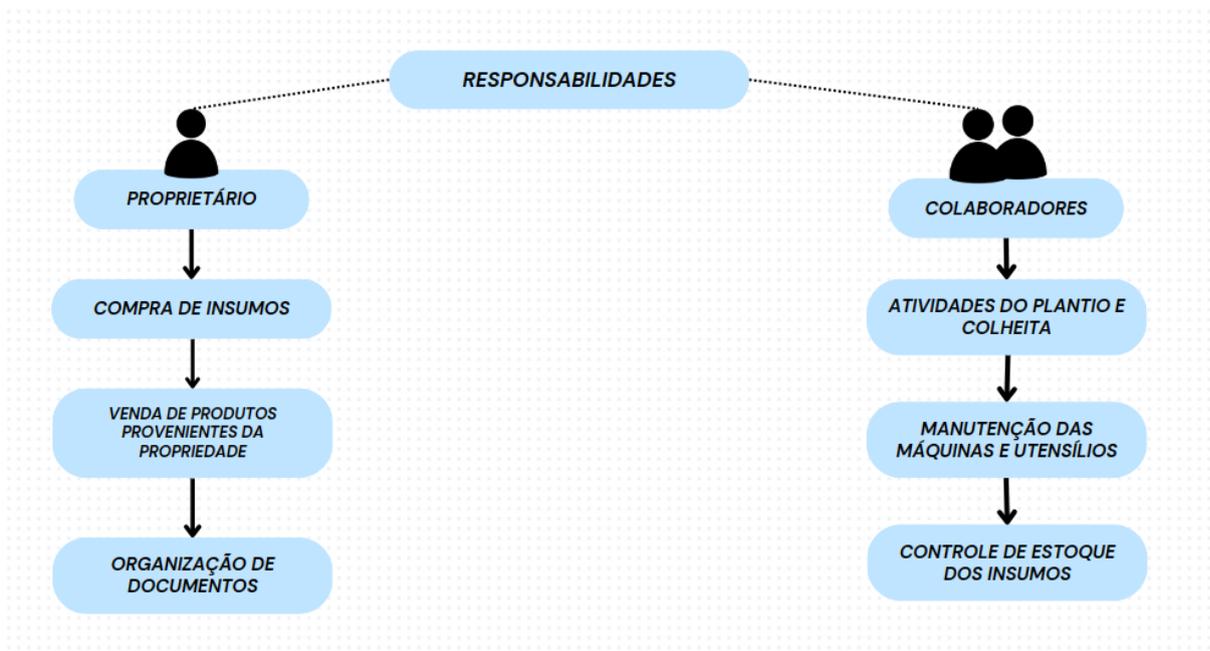
De acordo com os dados, a propriedade localizada na cidade de Dom Pedrito mostrou que anteriormente não detinha um sistema de controle financeiro muito complexo. Na qual, não possuía um setor dedicado exclusivamente às finanças, com automação e tecnologias para promover uma organização financeira, nem contava com um sistema de registro de operações, como por exemplo softwares financeiros.

No sistema de controle financeiro adotado, o proprietário assumia as responsabilidades associadas às operações financeiras, envolvendo desde a aquisição de insumos usados nas atividades de plantio e colheita até a venda e recebimento dos produtos provenientes da propriedade, como soja, arroz e bovinos. Além disso, ele era encarregado também da organização de documentos e do acompanhamento das atividades dos colaboradores ao longo da semana.

Já os demais colaboradores da propriedade tinham como responsabilidade a atividade em si do plantio e da colheita, seguido das manutenções das máquinas e utensílios utilizados e também o controle de estoque dos insumos utilizados.

Em resumo graficamente as responsabilidades da propriedade de Dom Pedrito:

Figura 1 - Responsabilidades da propriedade de Dom Pedrito



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

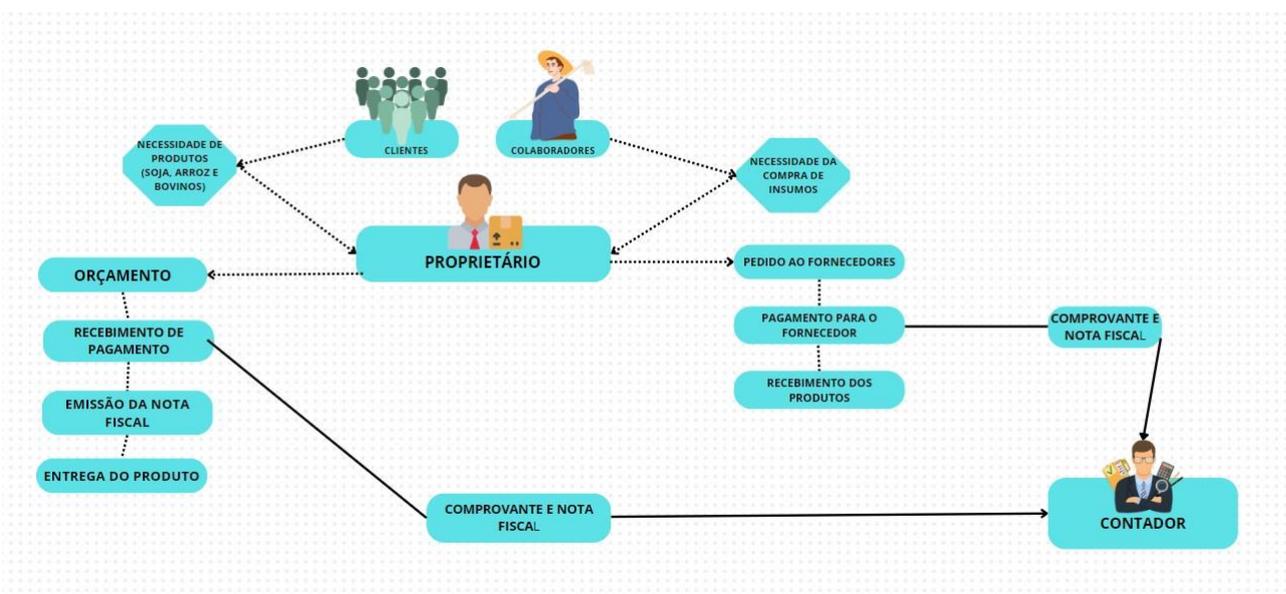
No que diz respeito à operação de aquisição de produtos, destinados às despesas relacionadas às atividades agrícolas tais como herbicidas, inseticidas, fertilizantes, sementes, entre outras, as mesmas eram solicitadas pelos colaboradores ao proprietário conforme a necessidade, não havendo um planejamento ou uma projeção prévia para o processo de plantio e colheita.

Nas operações de vendas, o gerenciamento de pedidos e orçamentos era realizado através do WhatsApp pessoal do proprietário. Ele respondia de acordo com a demanda, começando pelo orçamento, passando pelo pagamento e chegando à emissão da nota fiscal, que era enviada para o *e-mail*/WhatsApp do cliente.

Contudo, as informações referentes a essas operações ocorridas no mês, como a compra e vendas de produtos, pagamentos de fornecedores e até mesmo pedidos, eram fornecidas para os profissionais responsáveis pela contabilidade, no fim de cada mês, por meio de documentos, que eram organizados ao longo do mês e agrupados em uma caixa para a entrega.

Em resumo graficamente as operações que eram realizadas na propriedade de Dom Pedrito da seguinte forma:

Figura 2 - Operações realizadas na propriedade de Dom Pedrito



Fonte: Elaborado pelo do autor (2023)

Ao analisar as operações da propriedade em Dom Pedrito, percebe-se que as vendas eram solicitadas diretamente ao proprietário pelos clientes. Em seguida, o processo iniciava na elaboração de um orçamento em colaboração com o cliente. Se o cliente aceitasse, avançava-se para a etapa de pagamento, emissão da nota fiscal e entrega do produto. No final desse processo, a contra nota dessa operação era entregue aos profissionais da contabilidade.

Quanto às compras de produtos utilizados nas atividades internas da propriedade, como plantio e colheita, os colaboradores solicitavam diretamente ao proprietário. Este, por sua vez, entrava em contato com os fornecedores, conduzindo o processo desde o pedido e pagamento até o recebimento dos produtos. Posteriormente, os comprovantes e notas fiscais eram encaminhados aos profissionais de contabilidade.

Contudo, de acordo com os dados, os principais motivos que levaram a propriedade localizada na cidade de Dom Pedrito optar pela implementação do sistema de controle financeiro integrado a contabilidade, foi a falta de organização, eficiência e exatidão das operações financeiras que eram realizadas internamente na propriedade, principalmente nas operações de compra e vendas de produtos e também em relação a operação de compartilhamento das informações para a contabilidade.

Na operação da compra de produtos destinados às atividades agrícolas, a falta

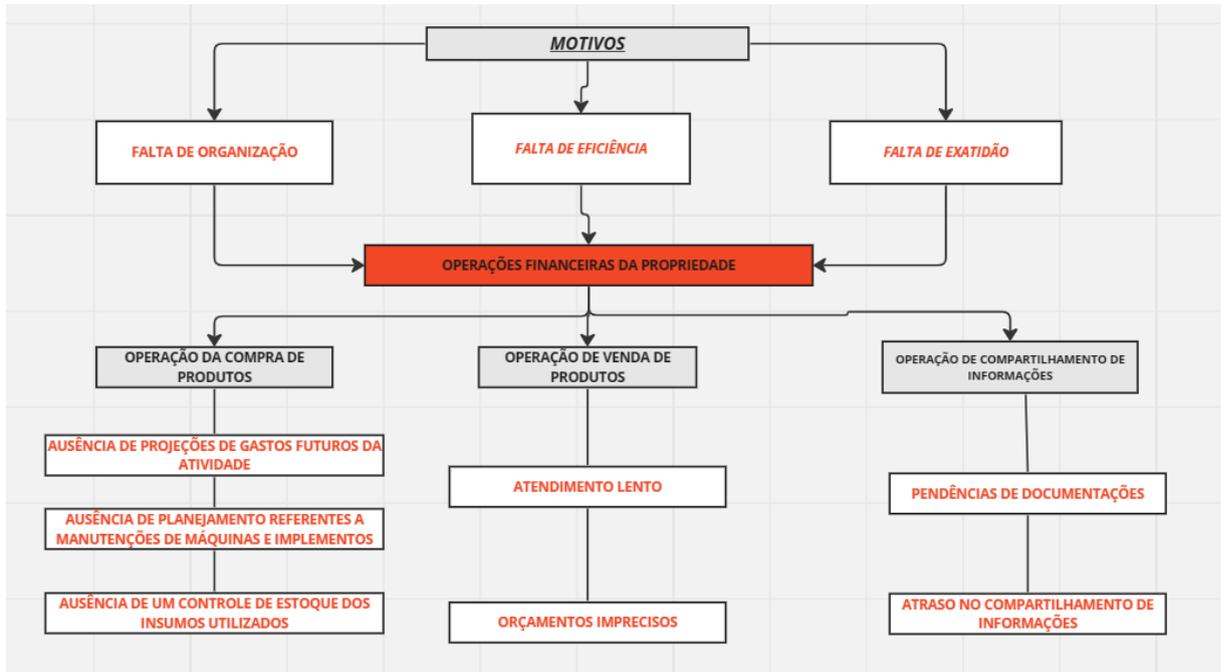
de eficiência e organização nas operações financeiras da propriedade resultou na ausência de projeções de gastos futuros na atividade, planejamento de manutenção das máquinas e implementos utilizados nos processos de plantio e colheita. Além disso, não foi possível estabelecer um controle de estoque eficaz dos produtos utilizados, o que resultou em despesas inesperadas e não planejadas, servindo de uma forma geral como motivação para a implementação de um sistema de controle financeiro integrado à contabilidade.

No que diz respeito às operações de vendas de produtos, a ausência de eficiência e organização no processo de atendimento ao cliente, decorrente da falta de uma pessoa diretamente responsável por esse procedimento, resultou em falta de transparência e objetividade direta com os clientes. Isso frequentemente resultava em atendimento lento e orçamentos imprecisos, muitas vezes devido à ausência de informações cruciais para a negociação, como as cotações diárias atualizadas dos produtos que estariam sendo vendidos naquele momento.

No que se refere à operação de compartilhamento de informações com a contabilidade, a falta de um planejamento para a organização dos documentos resultava em uma organização de última hora da documentação. Isso, por consequência, comprometia a exatidão das informações das operações ocorridas no mês, tais como compra e venda de produtos, pedidos e pagamentos de fornecedores, na qual erram compartilhadas com a contabilidade. Além disso, em relação aos prazos de entrega, os documentos eram frequentemente fornecidos 15 dias após o encerramento do mês, atrasando o retorno dos relatórios financeiros mensais e dificultando a realização de um planejamento futuro para a propriedade.

Em resumo, graficamente os motivos que levaram a propriedade de Dom Pedrito implementar o sistema de controle financeiro integrado:

Figura 3 - Motivos que levaram a propriedade de Dom Pedrito implementar o sistema

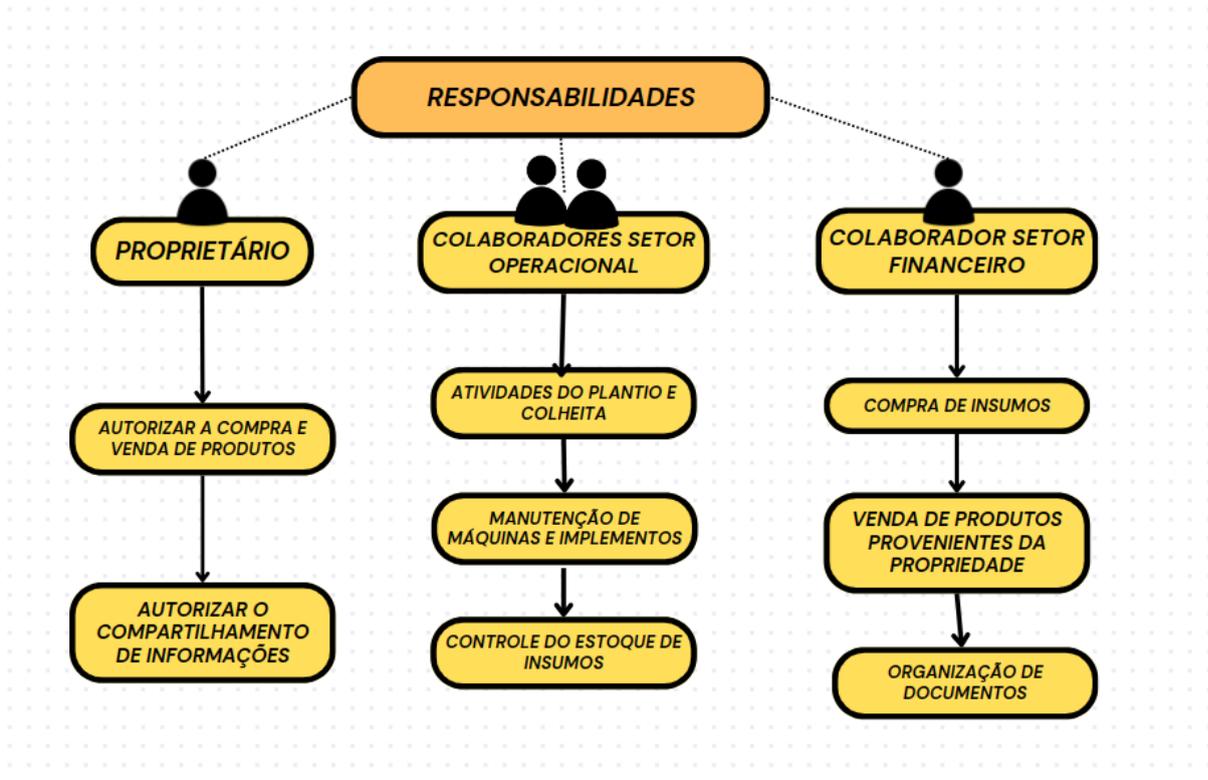


Fonte: Elaborado pelo do autor (2023)

Já a propriedade localizada na cidade de Bagé revelou que já contava com um sistema de controle financeiro, embora fosse bastante simples. Isso se devia ao fato de ter apenas uma pessoa designada para o setor financeiro. Entretanto, a simplicidade era evidente no que diz respeito ao controle e registro das operações realizadas na propriedade, na qual não havia um suporte tecnológico muito avançado nem procedimentos de organização muito específicos em questão do controle dessas operações. Nesse sentido, as responsabilidades relacionadas as operações financeiras eram controladas por um colaborador, no entanto sempre autorizadas pelo proprietário, desde a aquisição e venda de produtos, até mesmo a organização de documentos e compartilhamento de informações para os profissionais da contabilidade. Já os outros colaboradores presentes no setor operacional, tinham como função e responsabilidade a atividade do plantio e da colheita, manutenção das máquinas e implementos e também o controle do estoque de insumos utilizados na atividade.

Em resumo graficamente as responsabilidades da propriedade de Bagé:

Figura 4 - Motivos que levaram a propriedade de Bagé implementar o sistema



Fonte: Elaborado pelo do autor (2023)

A respeito da operação de aquisição de produtos utilizados nas atividades de plantio e de colheita, como insumos, adubos, fertilizantes e combustíveis, as mesmas eram solicitadas pelos colaboradores do setor operacional ao responsável pelo setor financeiro, porém repassadas ao proprietário para a autorização da compra e posteriormente eram devidamente providenciadas.

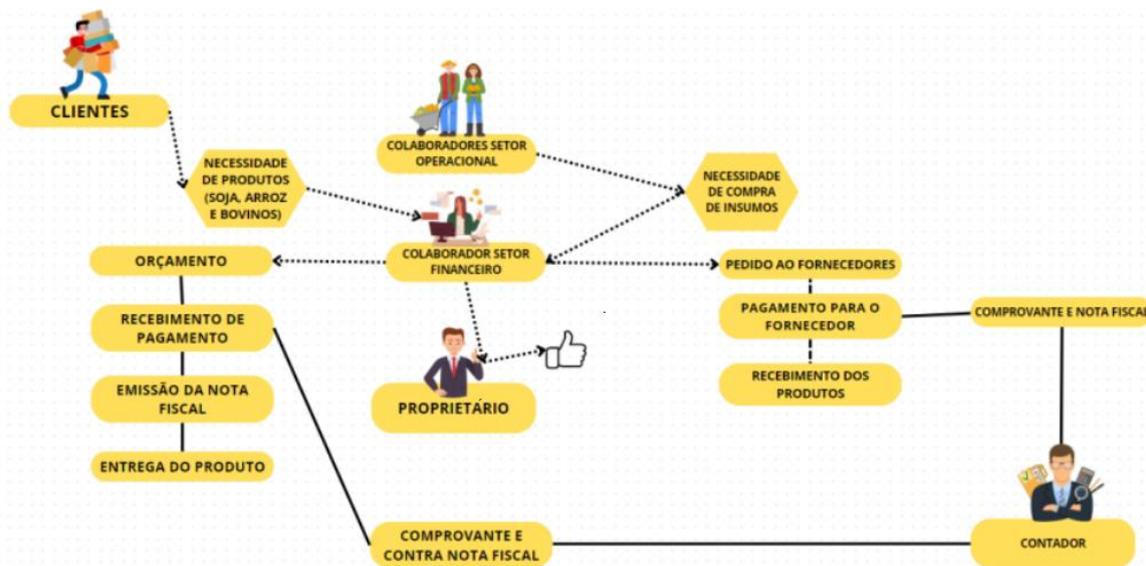
Em relação a operações de vendas dos produtos oriundos da propriedade, como soja, arroz e bovinos, o colaborador do setor financeiro era o responsável pelo controle de pedidos e orçamentos no qual ocorriam diretamente ao WhatsApp da propriedade, onde o mesmo respondia e fazia as operações até o final do atendimento e conseqüentemente encaminhava para o proprietário para a autorização.

Contudo, as informações referentes a essas operações ocorridas no mês, como a compra e vendas de produtos, pagamentos de fornecedores e até mesmo pedidos, também eram fornecidas para os profissionais responsáveis pela contabilidade, no fim de cada mês, por meio de documentos, que eram organizados ao longo do mês e

agrupados em uma caixa para a entrega.

Em resumo graficamente as operações que eram realizadas na propriedade de Bagé da seguinte forma:

Figura 5 - Operações realizadas na propriedade de Bagé



Fonte: Elaborado pelo do autor (2023)

Ao analisar as operações da propriedade em Bagé, observa-se que os clientes solicitavam os produtos diretamente ao setor financeiro da propriedade. Esse setor então conduzia as operações de orçamento, na qual eram enviadas ao proprietário para aprovação. Uma vez autorizado, o orçamento era encaminhado ao cliente, e o setor continuava o processo, passando pela operação de pagamento até a emissão da nota fiscal. No final do mês, todos os documentos da operação, como comprovantes e notas fiscais, eram enviados aos profissionais de contabilidade.

No que tange à aquisição de produtos necessários para as atividades internas da propriedade relacionadas às operações rurais, essas solicitações eram feitas ao setor financeiro. Após repassar ao proprietário e obter sua autorização, o setor financeiro entrava em contato com os fornecedores para realizar o processo de orçamento, pagamento e planejamento da entrega. As documentações recebidas pelo setor operacional eram encaminhadas ao setor financeiro, que, por sua vez, enviava esses registros aos profissionais da contabilidade no final de cada mês.

Já a propriedade localizada na cidade de Bagé foi motivada a implementar um

sistema de controle financeiro integrado a contabilidade, devido à carência de um controle preciso sobre a situação atual da propriedade e a falta de um planejamento futuro, isso incluindo as despesas, receitas, estoques e obrigações fiscais. Além disso, a falta de precisão nas informações compartilhadas com os profissionais da contabilidade também foi um motivo crucial para essa decisão.

Anteriormente, em relação as vendas não eram realizadas um controle preciso, onde algumas transações não continham notas fiscais emitidas e também não era realizado a classificação das receitas, sejam elas provenientes da venda de cereais ou venda de gado, conseqüentemente dificultando a identificação de quais são as fontes mais lucrativas da propriedade no período.

Outra questão em relação a receitas, era o atraso na cobrança de algumas vendas parceladas, que tinham como forma de controle, somente uma anotação diante o pedido realizado na data pelo cliente, conseqüentemente isso acabava dificultando a boa relação com os clientes.

Já em questão das despesas, não se tinha um controle adequado dos custos de insumos, máquinas e despesas operacionais. Não contendo uma categorização clara das despesas e um estoque preciso, conseqüentemente muitas vezes se deparando com gastos inesperados, como reparos urgentes em equipamentos que não estavam previstos no orçamento ou produtos adquiridos em duplicidade.

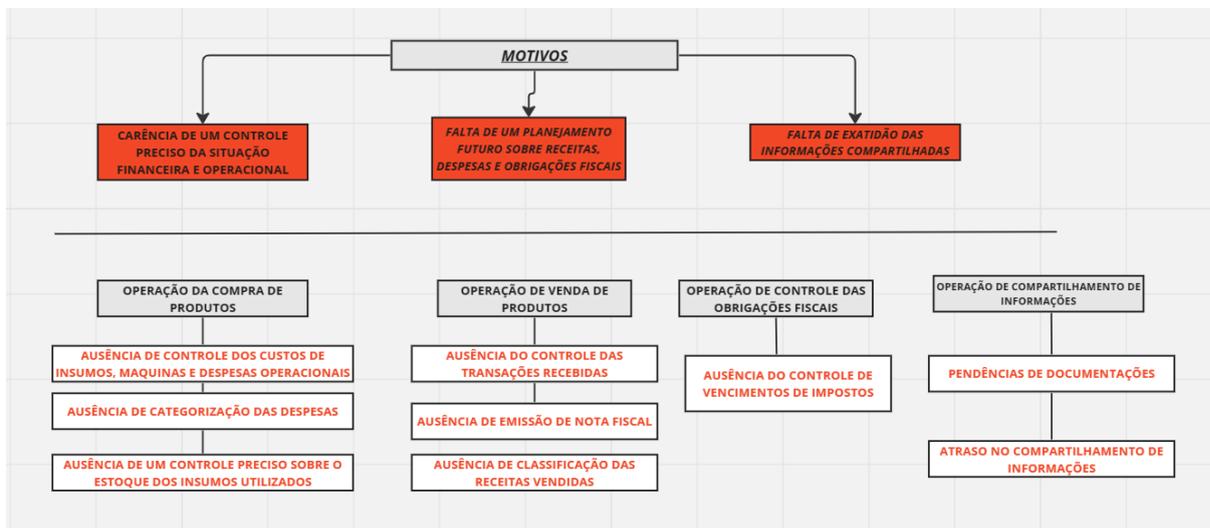
Quando se trata de deficiências no controle das obrigações fiscais, não havia um controle preciso em relação ao calendário de vencimento para os pagamentos de tributos. Como consequência, a ocorrência frequente de atrasos nos pagamentos de impostos resultava em aplicação de multas e juros.

No que diz respeito à operação de compartilhamento de informações com a contabilidade, a falta de exatidão decorrente da ausência de alguns documentos relativos às operações ocorridas no período estava diretamente relacionada à organização e ao planejamento dos documentos entregues aos profissionais responsáveis pela contabilidade. Em diversas ocasiões, os documentos entregues continham pendências, como comprovantes de pagamentos e notas fiscais, e o cronograma de entrega na sua grande parte, frequentemente não era cumprido pela propriedade. Isso resultava em atrasos na disponibilização das informações, impactando a pontualidade na entrega dos relatórios financeiros mensais pelos gestores e prejudicando a atualização da situação financeira atual.

Em resumo graficamente os motivos que levaram a realização da

implementação do sistema integrado de controle financeiro na propriedade de Bagé:

Figura 6 - Motivos que levaram a propriedade de Bagé implementar o sistema



Fonte: Elaborado pelo do autor (2023)

De uma forma geral, através da implementação do sistema de controle financeiro integrado a contabilidade, foi possível se ter reformulação da propriedade, principalmente no formato das compras e das vendas dos produtos. Os controles implementados foram capazes de auxiliar na interação com os clientes, fornecedores e também com os profissionais responsáveis pela contabilidade, colocando em evidência a eficiência nas operações.

No que se refere as operações de compra de produtos voltados para a atividade, como insumos agrícolas, combustíveis e afins, o sistema de controle financeiro integrado implantado, permitiu estabelecer juntamente com o proprietário e contadores, algumas projeções financeiras sejam elas do plantio ou da colheita, na qual tem como objetivo deixar estabelecido o valor fixo aproximado e a quantidade de produtos que será gasto nas atividades, como adubos, inseticidas, herbicidas, fertilizantes, insumos, combustíveis e sementes e também o valor aproximado de gastos voltados a manutenções de máquinas e implementos, fazendo assim com que as compras de produtos não sejam de forma inesperada e também conforme demanda, podendo assim a propriedade gerir suas economias de uma forma planejada.

Em relação as operações de vendas de produtos, o sistema de controle financeiro implantado solucionou o problema da lentidão do atendimento ao cliente,

fazendo com as operações de orçamento, pagamento e emissão de notas dos produtos vendidos, sejam de forma transparente e objetiva, dando uma maior eficiência.

Já para a propriedade localizada em Bagé, o sistema de controle financeiro implantado ajudou completamente na reformulação do setor financeiro da propriedade, principalmente na organização das compras e vendas, e também dos compartilhamentos das informações com a contabilidade. O sistema implantado também foi capaz de trazer uma melhora na interação com os gestores, colocando em evidência, confiança nas informações que estavam sendo compartilhadas.

No que se refere às operações de aquisição de produtos destinados à atividade, o sistema de controle financeiro implantado também possibilitou a elaboração de projeções financeiras em conjunto com o proprietário e gestores, antes do plantio ou colheita. O foco principal, no entanto, foi o planejamento para o pagamento de futuros tributos, estabelecendo previamente um valor fixo aproximado e a quantidade de produtos a serem consumidos e faturados em períodos específicos. Isso garante que as compras de produtos ocorram de maneira previsível, proporcionando um controle mais efetivo sobre os estoques e recebimentos. A implementação do sistema de controle financeiro integrado com a contabilidade, evita duplicações de compras e possibilita um planejamento antecipado das obrigações fiscais, permitindo que a propriedade gerencie suas finanças de forma estruturada, com uma visão de longo prazo para as próximas safras,

No entanto, foi identificado que a implementação do sistema de controle financeiro integrado com a contabilidade, pela propriedade em Dom Pedrito resultou em benefícios significativos, tais como uma notável melhoria na organização interna, eficiência operacional, transparência nas interações com clientes e fornecedores, coletividade de todos os setores e confiança nas informações compartilhadas com a contabilidade.

Já para a propriedade em Bagé, os benefícios identificados pelos proprietários iniciam na eficiência do controle interno das despesas e receitas e também na precisão, rapidez e na facilidade de compartilhar informações com a contabilidade.

4.2.2 DA INTEGRAÇÃO ENTRE FINANCEIRO E CONTABILIDADE

Segundo os dados, anteriormente citados, a integração entre o controle

financeiro e a contabilidade de cada uma das duas propriedades eram realizadas apenas uma vez ao mês. As informações sobre as operações ocorridas no período eram fornecidas aos profissionais responsáveis pela contabilidade por meio de pequenas reuniões no final de cada mês, juntamente com a entrega dos documentos com as informações ocorridas no período.

No entanto, essa forma de integração frequentemente resultava na imprecisão das informações fornecidas. Em diversas situações, os documentos apresentavam pendências, tais como comprovantes de pagamento e notas fiscais, conseqüentemente as reuniões acabavam sendo imprecisas, dificultando o entendimento da situação atual da propriedade, na visão dos profissionais responsáveis pela contabilidade. Além disso, o cronograma de entrega nem sempre era rigorosamente seguido pela entidade, o que resultava em atrasos na disponibilização das informações.

De maneira geral, essas pendências exerciam impacto negativo no retorno e na confiança em relação aos relatórios financeiros, como DRE – Demonstração do Resultado do Exercício, DFC – Demonstração de Fluxo de Caixa, enviados pelos contadores, prejudicando assim a atualização da situação econômica atual da propriedade.

Em consequência disso, a implementação do sistema de controle financeiro, fez com que as propriedades reformulassem suas formas de integração, tornando a mesma mais segura, objetiva e acessível.

Em relação a propriedade de Dom Pedrito, a implementação do novo sistema de controle financeiro, permitiu com que a integração com a contabilidade, estabelecesse uma nova forma de organização dos documentos e um novo planejamento de entrega dos mesmos. Todas as operações de compra e venda de produtos começaram a ser registradas e organizadas em uma planilha, categorizando cada operação, para serem informadas e entreguem, juntamente com um relatório interno do fluxo de caixa, no fim de cada mês para os profissionais responsáveis pela contabilidade.

Entretanto, o retorno com os relatórios financeiros para o proprietário, por parte da contabilidade, foi estabelecido em até quinze dias após a entrega dos documentos, sendo acrescentados cinco dias a mais a cada três dias de atraso das entregas dos documentos por parte dos proprietários.

Já na propriedade de Bagé, a questão de compartilhamento das informações

com a contabilidade, a partir da integração do novo sistema de controle financeiro, permitiu estabelecer uma nova forma de organização dos documentos e um novo planejamento de compartilhamento dessas informações. Todas as operações de compra e venda de produtos são registradas e controladas por um *software* de gestão, no qual tem como objetivo ajudar no controle de todas as operações envolvendo compra e venda para a propriedade, melhorando assim a qualidade e o tempo que a informação contábil é compartilhada para aos gestores.

Em relação ao retorno dos relatórios financeiros, se estabeleceu o prazo de até 5 (cinco) dias após o encerramento do mês, desde que todos os eventos estejam devidamente registrados no sistema.

Em resumo as consequências da implementação do sistema de controle financeiro em relação a integração nas propriedades localizadas em Dom Pedrito e Bagé:

Figura 7- Consequências da implementação do sistema de controle financeiro em relação a integração



Fonte: Elaborado pelo do autor (2023)

Dentro das razões que levaram a melhoria da integração, é possível destacar as mudanças realizadas nas estruturas operacionais de cada propriedade. Na propriedade de Dom Pedrito, em questão de setores, os mesmos acabaram sofrendo algumas mudanças, a propriedade foi segregada em setores específicos, no qual cada um segue uma função: Setor Operacional e Setor Financeiro. Isso acabou facilitando aos colaboradores, o entendimento de suas funções e também obrigações.

O setor operacional engloba a grande parte das atividades, sejam elas, controle de estoque de produtos utilizados, manutenções de máquinas e utensílios, atividades de plantio e também de colheita e a pecuária. O setor teve pequenas segregações de funções, onde cada função foi alocada uma pessoa responsável, facilitando assim o contato e, também, o entendimento da atual situação do setor.

Já para o setor financeiro, foi contratada uma pessoa específica para esse setor, com conhecimento básico e entendimento das funções que eram requisitadas, como a organização de documentos por receitas e despesas, registros das operações na planilha econômica estabelecida pelos gestores, operações de atendimento aos clientes, fornecedores e gestores. Com isso, o setor teve um investimento, de um salário de R\$ 2.500,00 incluindo vale alimentação e transporte.

O funcionário com mais tempo de serviço, também foi designado ao setor financeiro, pois tinha um maior conhecimento aos clientes e fornecedores. A função realizada por ele anteriormente, na qual era, informar o proprietário as situações da lavoura, tanto em relação a colheita e plantação, estoque, manutenções e auxílio na compra e na venda de produtos, continuou sem mudanças, porém agora foi incluída mais uma função, a de supervisão do setor operacional.

Em resumo graficamente as mudanças realizadas na propriedade de Dom Pedrito da seguinte forma:

Figura 8 - Mudanças realizadas na propriedade localizada na cidade de Dom Pedrito.



Fonte: Elaborado pelo do autor (2023)

Entretanto, de uma forma geral, a propriedade foi dividida em dois setores distintos. O setor operacional desempenha a função e responsabilidade de controlar o estoque de produtos utilizados, realizando a contagem e o registro de tudo que entra e que sai dos estoques em relação a insumos, realizar manutenções em máquinas e utensílios após época de plantio ou de colheita e também conduzir atividades de plantio e colheita.

Por outro lado, o setor financeiro tem a responsabilidade de organizar os documentos das operações ocorridas durante o mês, classificando receitas e despesas. Além disso, ele é encarregado de registrar essas operações na planilha econômica estabelecida pelos contadores, também fica como responsável das atividades de atendimento aos clientes, fornecedores e contadores.

Na propriedade em Bagé, foram realizadas alterações específicas no setor financeiro existente. Essas mudanças proporcionaram maior facilidade aos colaboradores, gestores e ao proprietário no entendimento da situação da propriedade, além de aprimorar a abordagem correta para a realização de diversas funções, tanto operacionais quanto financeiras.

No setor financeiro, foi introduzido um *software* com o propósito de gerenciar

todas as atividades realizadas na propriedade, através da possibilidade de registrar todas as atividades realizadas e categorizá-las em grupos específicos, abrangendo tanto as despesas relacionadas às atividades rurais quanto as receitas, facilitando o controle da propriedade, tanto em questão estoque de produtos, quanto ao fluxo de caixa. Esse *software* também tem capacidade de compartilhar essas informações em diversos formatos de arquivo, podendo ter a opção da escolha do tipo de relatório desejado, facilitando assim a integração com o sistema utilizado pelos gestores para a realização da contabilidade da propriedade. O investimento total nesse sistema foi de R\$ 2.000,00 para a compra, além de uma mensalidade de R\$ 500,00, tendo como disponibilidade um suporte *online* 24 horas.

Em resumo graficamente as mudanças realizadas na propriedade de Bagé:

Figura 9 - Mudanças realizadas na propriedade localizada na cidade de Bagé.



Fonte: Elaborado pelo do autor (2023)

Por outro lado, para a realização da implementação foram identificadas dificuldades. Na propriedade de Dom Pedrito, as maiores foram em relação a segregação de funções e mudança na forma de funcionamento da propriedade.

Nas segregações de funções, a dificuldade foi a contratação de um novo

colaborador para designar a esse novo setor e, também, a questão do treinamento e alinhamento com a contabilidade.

Em relação à mudança do funcionamento, a maior dificuldade foi informar e explicar aos clientes e aos fornecedores a nova forma de trabalho, já que a integração com os mesmos iria sofrer alterações.

Na propriedade de Bagé, as principais dificuldades também surgiram em relação às novas funcionalidades e ao modo de operação. A questão central foi a aquisição do software, exigindo treinamento e planejamento para compreender o seu uso.

Além disso, a diferença do antigo sistema de controle e o novo que foi implementado é evidente, pois as mudanças em relação as operações fizeram com que a propriedade prosperasse de uma forma rápida e objetiva. A coletividade entre colaboradores e gestores também, em comparação com o passado, demonstra uma considerável melhora, pois as falhas de comunicações foram resolvidas, as pendências e a falta do controle dos processos no dia a dia acabaram não sendo mais presentes nos setores e nem com os gestores.

No entanto, na visão profissionais responsáveis pela contabilidade a mudança também é evidente, pois os antigos sistemas de controle financeiro de ambas as propriedades apresentavam problemas. Isso tornava o trabalho da contabilidade mais desafiador, resultando frequentemente em pendências e relatórios incompletos ou demonstrações que continham informações ausentes, algo que os proprietários estavam cientes. Em muitas ocasiões, a principal preocupação dos proprietários em relação a esse controle financeiro era estabelecer um teto máximo de faturamento para tentar evitar questões tributárias.

Conseqüentemente, os profissionais responsáveis pela contabilidade no que diz respeito às motivações, tanto em uma propriedade quanto na outra, o principal impulso por parte deles, foi a expectativa e a possibilidade de futuros resultados positivos decorrentes da implementação, especialmente no que se refere ao pagamento de tributos. Antes da implementação do sistema de controle financeiro integrado com a contabilidade, a organização e controle existentes nas propriedades não mostravam prosperidade, no máximo, mostravam manter as mesmas condições econômicas. Já com implementação do novo sistema, era possível alcançar situações favoráveis em questão de controle de receitas, despesas, estoque e principalmente resultados favoráveis em relação a pagamento de tributos.

No entanto, com a implementação do sistema, a contabilidade, em parceria com os proprietários, conseguiu estabelecer controles e planejamentos para o futuro da propriedade. Isso também facilitou o compartilhamento de informações, eliminando as pendências documentais que eram comuns no sistema anterior. Além disso, o sistema contribuiu para um entendimento mais claro da situação real da propriedade, permitindo à contabilidade acessar detalhes específicos, como o estoque de produtos, créditos com fornecedores e projeções de vendas, de forma mais eficiente e segura.

Outro ponto a se destacar foi o tempo de resposta em relação a pendências que acabavam aparecendo. Por parte da propriedade de Dom Pedrito, o fato de ter designado uma pessoa responsável por esse setor, ajudou no auxílio e na integração com a contabilidade, pois a mesma fica designada a responder as pendências vindo da contabilidade, já em Bagé o sistema de *software* contratado, conseguiu auxiliar na integração de forma completa, já que ambas as partes tem acesso aos dados registrados, a propriedade e os gestores, fazendo que a contabilidade não dependa totalmente dos documentos para trabalhar. Algo que no sistema anterior não acontecia em ambas as propriedades, pelo fato do proprietário não suprir com a granderesponsabilidade de todas essas operações.

A partir disso, os contadores identificaram, uma maior eficiência e segurança na integração com a propriedade, uma maior qualidade de informação contábil a partir do compartilhamento e também um melhor planejamento e controle sobre o futuro econômico da propriedade.

De uma forma geral, foi possível perceber melhorias nos processos operacionais e nas informações financeiras. Na propriedade de Dom Pedrito, na questão dos processos operacionais, a organização dos setores e a segregação de funções resultaram em maior eficiência nas operações e na redução de pendências das mesmas. A delimitação de responsabilidades em cada setor possibilitou que cada colaborador compreendesse seu papel específico dentro da propriedade.

Quanto às situações financeiras, o sistema apresentou uma melhoria no trabalho de controle de receitas e despesas, realizado em conjunto com a contabilidade. A implementação foi fundamental para se ter um planejamento eficiente em questão dos gastos e recebimentos da propriedade, proporcionando melhorias na gestão de despesas inesperadas, pagamentos e recebimentos futuros. Além disso, possibilitou uma organização mais eficaz em relação às despesas pagas antecipadamente, que tem como objetivo ser utilizada na outra safra e um controle

mais preciso do desempenho financeiro mensal.

Na propriedade de Bagé, o controle preciso sobre a situação atual da empresa foi solucionado com a implementação do *software*. Este proporcionou ao proprietário, colaboradores e gestores um controle eficiente sobre a propriedade, oferecendo informações mais confiáveis. A partir disso, a propriedade pode se planejar em relação às safras futuras e alcançar um maior controle econômico, permitindo também o planejamento adequado em relação às obrigações fiscais.

No entanto, além desses procedimentos, uma das melhorias visando o aprimoramento do sistema de controle financeiro integrado começa pela oportunidade de ampliar a capacidade da propriedade. Isso implica em aumentar a equipe de colaboradores no setor financeiro, permitindo que o sistema funcione de maneira ainda mais eficaz. Cada colaborador desempenhando uma função específica, distribuindo responsabilidades e possibilitando a expansão da variedade de operações.

4.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dessa forma, pode-se concluir que a implementação do sistema de controle interno financeiro em conjunto com a contabilidade representa um processo que traz aprimoramentos significativos para a propriedade rural. Esse sistema tem a capacidade de reestruturar internamente os seus setores, estabelecendo uma nova abordagem de trabalho. Além disso, proporciona informações de maior qualidade e segurança aos profissionais responsáveis pela contabilidade.

Nas propriedades analisadas neste estudo, destacou-se a melhoria nos setores operacionais e financeiros. No setor operacional, observou-se um controle de estoque mais preciso e detalhado, prevenindo falhas, um planejamento mais eficaz das manutenções de máquinas e implementos utilizados, e maior eficiência nas atividades de plantio e colheita. Isso se deve principalmente à inexistência de paradas devido à falta de insumos.

No setor financeiro, a integração do sistema de controle financeiro resultou em um atendimento de maior qualidade aos clientes, com orçamentos mais precisos. Além disso, promoveu uma notável melhoria na organização e eficiência em relação aos registros das operações e na estrutura interna da propriedade.

5 CONCLUSÃO

De uma maneira geral, a implementação do sistema de controle financeiro integrado se mostra como um divisor de águas na perspectiva dos produtores rurais, contadores e no setor do agronegócio como um todo. Ao longo da realização da pesquisa, foi possível identificar os impactos significativos e a importância que essa mudança trouxe para o gerenciamento financeiro e operacional nas propriedades rurais das cidades de Dom Pedrito e Bagé.

No entanto, esse estudo teve como objetivo, analisar quais são os impactos da implementação de um sistema de controle financeiro integrado com a contabilidade em propriedades rurais da região de Dom Pedrito e Bagé. Dessa forma para conseguir atingir o objetivo, foi desenvolvido cinco objetivos específicos, no qual foram executados baseados na metodologia definida para o estudo, caracterizada por um estudo de caso, descritivo, qualitativo, realizado por meio de entrevistas.

Por meio das entrevistas realizadas aos proprietários das propriedades rurais, foi possível verificar, que inicialmente pela propriedade de Dom Pedrito, em atividade desde 2004, demonstrou que antes da implementação, havia um controle financeiro simplificado, com responsabilidades concentradas no proprietário. As operações de compra e venda eram realizadas de forma reativa, sem projeções ou planejamento, resultando em desafios na gestão de estoques e com despesas inesperadas. Contudo, a falta de organização afetava a transparência nas interações com clientes e fornecedores, comprometendo também a eficiência nas operações de compartilhamento de informações com a contabilidade.

Já em Bagé, a propriedade, ativa desde 1998, possuía um sistema financeiro simples, com controle realizado por um colaborador, mas sempre autorizado pelo proprietário. As operações seguiam um padrão similar, com falta de projeção e planejamento e a falta de precisão nas informações compartilhadas com os gestores e a ausência de controle eficiente sobre despesas e receitas foram os principais motivos que levaram à implementação do sistema.

Dentro das razões, a implementação do sistema proporcionou mudanças significativas nas propriedades. Em Dom Pedrito, houve uma reestruturação nos setores, com a criação do Setor Operacional e do Setor Financeiro, já na propriedade de Bagé a solução foi introduzir um software de gestão, melhorando o controle

financeiro, estoque e fluxo de caixa. Conseqüentemente ambas as propriedades experimentaram benefícios como uma melhora na organização interna, eficiência operacional, transparência nas interações e confiança nas informações compartilhadas com a contabilidade.

A integração entre o controle financeiro e a contabilidade, que anteriormente ocorria mensalmente, passou por melhorias, tornando-se mais segura, objetiva e acessível. Os profissionais responsáveis pela contabilidade, identificaram uma maior eficiência e segurança na integração, uma maior qualidade nas informações contábeis e um melhor planejamento econômico futuro da propriedade.

No entanto, mesmo com as limitações da pesquisa, na qual a grande parte se destacou na relação à conectividade, pois a grande parte dos produtores rurais não são conectados ao meio digital, na qual dificultou a forma de sanear as dúvidas dos dados coletados por meio digital, as recomendações que se estabelecem para trabalhos futuros, é buscar produtores rurais que não se limitem a coleta de dados, podendo cada vez mais os resultados obtidos através das pesquisas, possam ser refletidos para os demais produtores rurais.

Dessa maneira, conclui-se que o sistema implementado proporcionou melhorias nos processos operacionais, na gestão de despesas e receitas, e na integração efetiva com a contabilidade. As propriedades agora podem planejar com mais eficácia suas atividades, reduzir pendências documentais e alcançar um controle mais preciso sobre sua situação financeira, podendo planejar sua economia no curto e ao longo prazo. Resultados que foram obtidos através de um pequeno investimento, somente através de reformulações e segregações de funções internas na propriedade. Para continuar aprimorando o sistema e obtendo resultados melhores, a proposta é ampliar a capacidade da equipe financeira, permitindo uma gestão ainda mais eficaz para ter a possibilidade da expansão das operações.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Carla; CARVALHO, Joziane. **A evolução da contabilidade: seus avanços no brasil e a harmonização com as normas internacionais**. v.1, São João del Rei/Minas Gerais, 2012.

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo, Atlas, 10 ed. 2009.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: **Um curso Moderno e Completo**. 6. Ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

ATTIE, William. **Auditoria Interna**. São Paulo: Atlas, 1996.

ATTIE, William. **Auditoria: Conceitos e aplicações**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BARBOSA, J. S: **Administração rural a nível de fazendeiro**. 1983

BORDIN, Patrícia; SARAIVA, Cristiane Jardim. **O controle interno como ferramenta fundamental para a fidedignidade das informações contábeis**. Revista eletrônica de Contabilidade, v. 2, 2005.

BORILLI, Salete, et.al. **O uso da contabilidade rural como uma ferramenta gerencial: um estudo de caso dos produtores rurais no município de Toledo – PR**. Revista de Ciências Empresarias da UNIPAR, v.6, 2005.

BUAINNAIN, Antônio Márcio; GARCIA, Junior Ruiz. **Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda têm alguma chance como agricultores?** Brasília, 2013.

BURATO, Gabriela; MARQUES, Maysa. **Livro caixa de produtor rural**. São Paulo, 2022.

BURIOLA, Maria; LOPES, Karine. **A evolução da contabilidade**. Mineiros/GO,2019.

CASTRO, Mariana; SOARES, Glaucia. **A importância da contabilidade dentro das empresas**. João Monlevade/Minas Gerais, 2015.

COSTA Maristela; LIBONATI, Jeronymo; RODRIGUES, Raimundo. **Conhecimentos sobre particularidades da contabilidade rural: Um estudo exploratório com contadores da região metropolitana de recife.** ConTexto-Contabilidade v.4, 2004.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural: Uma abordagem decisorial.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 1998.

CUPOUP. Metodologia: **O que é, tipos, como fazer e exemplos,** 2019.

BRASIL. **Decreto 9.580, de 22 de novembro de 2018.** Regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Presidência da República Secretária-geral. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9580.htm Acesso em: 04 nov. 2023

_____. **Instrução Normativa Receita Federal Brasileira, nº1.903 de 24 de julho de 2019.** Altera a Instrução Normativa SRF nº 83, de 11 de outubro de 2001, que dispõe sobre a tributação de resultados da atividade rural das pessoas físicas. Receita Federal Brasileira. Disponível em:
<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=102488> Acesso em: 04 nov. 2023

_____. **Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990.** Dispõe sobre a legislação do Imposto de Renda sobre o resultado da atividade rural, e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8023.htm. Acesso em: 04 nov. 2023

_____. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Dispõe sobre o Código Civil. Presidência da República Casa Civil. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm Acesso em: 04 nov. 2023.

_____. NBC TA 315 (R2) - Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e do seu Ambiente. **Conselho Federal de Contabilidade.** Disponível em:
[https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2021/NBCTA315\(R2\)&arquivo=NBCTA315\(R2\).doc&_ga=2.108849730.1148774672.1701063336-](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2021/NBCTA315(R2)&arquivo=NBCTA315(R2).doc&_ga=2.108849730.1148774672.1701063336-)

1868434261.1701063336. Acesso em: 05 nov. 2023.

DE SOUZA, Alexandra. **O uso da contabilidade rural para gerenciamento das empresas rurais**. Mato Grosso. 2010.

DUTRA, Alberto Silva et. Al, **Alianças estratégicas e visão baseada em recursos: um enfoque sistêmico do processo de tomada de decisão nas propriedades rurais**, Rio Branco/Acre, 2008.

FILHO, José Eustáquio; SILVEIRA, José Maria. **Modelo evolucionário de aprendizado agrícola**. Campinas, São Paulo, 2011.

FONSECA, Reinaldo Aparecida et. Al, **Contabilidade Rural no Agronegócio Brasileiro. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, v.7, 2015.

FLORIANO, José Cebaldir; LOZECKYI, Jeferson. **A importância dos instrumentos de controle interno para gestão empresarial**. Revista eletrônica lato sensu, v. 5, 2008.

GIULIANI, Gian Mario. **Profissionalização dos produtores rurais e a questão ambiental**. Dezembro, Rio de Janeiro, 2013.

GODOY, Arilda. **Pesquisa Qualitativa: Tipos fundamentais**, 1995. INSTITUTO PHD. **A importância da coleta de dados**. 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; CARVALHO, Nelson. **Contabilidade: aspectos relevantes da epopeia de sua evolução**. São Paulo, 2005.

KOIZUMI, Maria. **Fundamentos metodológicos da pesquisa em enfermagem**. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v.26, 1992.

KRUGER, Silvana; MAZZIONI, Sady; BOETTCHER, Simoni. **A importância da contabilidade para a gestão das propriedades rurais**. Anais do Congresso Brasileiro de Custos – ABC, 2009.

MAUSS, César Volnei et. Al. **A evolução da contabilidade e seus objetivos**. Canoas/RS, 2007.

MAGRO, Cristian Bau, et. Al. **Contabilidade Rural: Comparativo na rentabilidade das atividades**. Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC, 2011.

MARION, J.C. **Contabilidade Rural: Contabilidade Agrícola, Contabilidade Pecuária**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MINAYO. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 1993.

NAVES, Igor; COSTA, Simone. **As consequências para o produtor rural diante da falta de exercício da contabilidade rural**. Revista Getec, v.10, 2021.

PASSOS, Quismara. **A importância da Contabilidade no Processo de Tomada de Decisão nas Empresas**. Porto Alegre, 2010.

PEDROSO, Júlia; SILVA Kauana; SANTOS, Laiza. **Pesquisa descritiva e pesquisa prescritiva**. 2018.

RODRIGUES, Miguel. **A metodologia para investigação social**. Escola editora, 2011.

SIMON, Herbert. **Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas**. 2 ed. Rio de Janeiro, 1979.

SILVA, Gleicikely; SILVA, Rackel. **Controle Interno Agropecuário versus Produtor Rural**. Revista de Estudos Interdisciplinares do Vale do Araguaia- REIVA, 2020.

ULRICH, Elisane Roseli. **Contabilidade rural e perspectivas da gestão no agronegócio**. Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul, 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. **Escolhas Metodológicas em Estudos Organizacionais**. São Paulo, Atlas, v.34, 1997.

YIN, Roberto K. **Estudos de Caso: Planejamento e Métodos**. Bookman Editora, 2001.